

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB
Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Jaciara das Chagas Scher; Stephanie Ferreira dos Santos Nascimento; Tamile Miranda Brito.

**OS PRINCIPAIS ENTRAVES ENCONTRADOS PELOS DISCENTES NO
PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO DE PÓS-
GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DA
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO BRASILEIRA NO PÓLO DE SÃO FRANCISCO DO
CONDE.**

São Francisco do Conde - BA

2016

Jaciara das Chagas Scher; Stephanie Ferreira dos Santos Nascimento; Tamile Miranda Brito.

Os principais entraves encontrados pelos discentes no processo de implementação do curso de Pós-Graduação à distância em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira no Pólo de São Francisco do Conde.

Relatório final, apresentado a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como parte das exigências para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Dr. Jair Andrade de Araújo

São Francisco do Conde - BA

2016

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi identificar os principais entraves encontrados pelos discentes no processo de implementação do curso de Pós-Graduação à distância em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira no Pólo de São Francisco do Conde. No referencial teórico foram relatados aspectos sobre a educação superior no Brasil, evolução da educação à distância, levantamento da trajetória da Universidade Aberta do Brasil (UAB), um breve histórico do marco legal, introdução aos elementos da educação à distância e finalizando a fundamentação teórica a partir da exposição dos entraves do curso de Pós-Graduação à distância em Gestão Pública Municipal. Como principal instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário que está dividido em duas partes e que contém 27 questões. A primeira parte do questionário aborda informações básicas do respondente como, idade, gênero, profissão, cidade onde residem, formação e experiência em algum outro curso EAD. A segunda parte é dividida em sete blocos, sendo eles: ensino EAD, infraestrutura/tecnologias da informação e comunicação, material didático, ambiente virtual, tutoria, professores e coordenação, métodos de avaliação/ensino, principais dificuldades. A partir desses aspectos temos resultados que nos apontam sob a perspectiva dos discentes os entraves no processo de implementação do referido curso, como por exemplo: a falta de profissionais que possam sanar as dúvidas imediatas que levam a sensação de despreparo e a falta de autonomia, infraestrutura precária, falta de material didático e metodologia de avaliação exaustiva e que não evidencia o caráter específico do curso de pós-graduação a distância em Gestão Pública Municipal.

Palavras-chave: Educação a distância, Pós-Graduação à distância, Gestão Pública Municipal.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
1. EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	11
2. EDUCAÇÃO A DISTANCIA NO BRASIL: UM OLHAR ALÉM DA GRADUAÇÃO.....	15
2.1 Universidade Aberta do Brasil (UAB)	19
2.2 Marcos Legais	21
2.3 Elementos da Educação á Distancia: Professor, Tutor e Aluno.....	24
2.4 Entraves da Educação á distancia na Pós-Graduação.....	28
2.5 Quadro de Analise.....	33
3. METODOLOGIA	35
4. IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DA UNILAB NO PÓLO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE	37
5. RESULTADO DA PESQUISA DE CAMPO.....	40
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICES	61

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Relação entre instituições públicas e privadas que ministram cursos EAD....	15
Gráfico 2 - Número de cursos EAD na Pós-Graduação.....	16
Gráfico 3 - Número de alunos na Pós – Graduação EAD	18
Gráfico 4 - Idade dos discentes	40

Lista de Figuras

Figura 1 - Chaves que contribuem para a existência da motivação.....	26
Figura 2 – Frequência de comentários sobre as maiores dificuldades.....	51
Figura 3 - - Os principais problemas encontrados pelos estudantes durante o processo de formação dos mesmos no curso de Gestão Pública Municipal.....	52
Figura 4 - Ao apresentarem os problemas foi indagado aos alunos sugestões de melhorias para o curso	53

Lista de Tabelas

Tabela 1 - A facilidade de acesso ao ensino EAD me motivou a escolher o curso com essa modalidade de ensino	41
Tabela 2 - A flexibilidade dos horários de aula me motivaram a escolher o curso.....	41
Tabela 3 - Tenho dificuldades em me concentrar em uma aula EAD	42
Tabela 4 - O ensino a distância oferece autonomia para os alunos	42
Tabela 5 - A minha Unidade Acadêmica (Polo) dispõe de recursos audiovisuais, de informática e teleconferências que funcionam de modo satisfatório	42
Tabela 6 - Tenho problemas de ordem técnica (internet lenta ou equipamentos mal conservados) para assistir as aulas a distancia na universidade	43
Tabela 7 - Estou Satisfeito com a infraestrutura da Universidade	43
Tabela 8 - Estou satisfeito com o material didático ofertado.....	43
Tabela 9 - Há integração entre o material didático impresso e os momentos virtuais e presenciais de aula.	44
Tabela 10 - Tenho fácil acesso a todo o material didático do curso	44
Tabela 11 - Tenho dificuldade em acessar o AVA (por estar fora do ar ou com problemas técnicos).	44
Tabela 12 - Tenho dificuldades em utilizar o AVA (a plataforma virtual é um ambiente muito complexo ou não atende as minhas necessidades).....	45
Tabela 13 - As atividades desenvolvidas no ambiente virtual de aprendizagem das diversas disciplinas facilitam a experimentação dos momentos presenciais em sala de aula.....	45
Tabela 14 - A coordenação do curso sempre está pronta pra solucionar os meus problemas referentes ao curso	45
Tabela 15 - O tutor dá suporte necessário para o aprendizado à distância.	46
Tabela 16 - Sinto-me amparado pela coordenação do curso	46
Tabela 17 - Consigo manter contato com os professores do curso mesmo estando à distância.....	46
Tabela 18 - Os professores e/ou tutores acadêmicos têm demonstrado domínio das disciplinas/eixos ministrados	46
Tabela 19 - A equipe pedagógica (professores, coordenador acadêmico e tutores) se mostra articulada.....	47
Tabela 20 - A grade curricular do curso atende as minhas expectativas pra uma boa formação	47
Tabela 21 - Acredito que o modelo de avaliação empregado no curso é satisfatório	47
Tabela 22 - Tenho dificuldades em fazer mais de 2 provas por dia.	47
Tabela 23 - A respeito do nível de exigência, o curso deveria exigir um pouco mais do aluno.....	48
Tabela 24 - Já pensei em desistir do curso	48

Lista de Abreviaturas

ABDE - Associação Brasileira de Desenvolvimento

AVA - Ambiente Virtual de Aula

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CNE - Conselho Nacional de Educação

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

DEB - Diretoria de Educação Básica

DED - Diretoria de Educação a Distância

EAD - Educação a Distância

ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

IFET's - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

PNE - Plano Nacional de Educação

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEED - Secretaria de Educação a Distância

SERES - Secretaria de Regulação e Supervisão

TIC - Tecnologia da informação e comunicação

UA - Universidade Aberta

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

INTRODUÇÃO

No Brasil, a inclusão e o acesso ao ensino superior tiveram um expressivo aumento, segundo os dados do censo de 2010, este crescimento foi apoiado e incentivado por diversos programas governamentais para instituições públicas e privadas. O censo de 2010 nos revela um significativo aumento da educação à distância (EAD), esta modalidade de ensino expandiu-se nos últimos anos em consequência dos avanços das tecnologias da comunicação, e da democratização das mesmas.

As políticas para formalização da EAD no Brasil enquanto modalidade de ensino inicia com a fundação da Secretaria de Educação a Distância. Criada em 1995, que trazia um discurso de promoção da qualidade e da equidade do ensino público, defendendo a perspectiva de acesso democrático às tecnologias no sentido de aproximar o cidadão das mesmas, comportando diversos programas dedicados a formação continuada de professores para a EAD ou por meio de sua metodologia.

A educação a distância surge como modalidade de ensino na Educação Superior a partir da LDB 9.394/96, no qual a tecnologia passa a ser observada como uma importante aliada à melhoria da qualidade de ensino e ampliação do acesso à educação. Subsequentemente a EAD passa a ser regulamentada por meio de diretrizes e portarias. O decreto 5.622 de 19.12.2005 define a Educação a Distância como uma modalidade educacional na qual: “a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”. (BRASIL, 2005, p.01)

Em 2006 as Instituições de ensino superior públicas contaram com um importante incremento da educação superior à distância, a Universidade Aberta do Brasil – UAB, criada por meio do decreto nº 5.800, a UAB intensificou o surgimento de vários pólos em todo país, inclusive em regiões até então desprivilegiadas.

Nessa conjuntura de desenvolvimento tecnológico, a educação à distância, estruturada por novas tecnologias, surge nas instituições de Educação Superior, que anteriormente ocupavam-se somente de ações de ensino, pesquisa e extensão presenciais, como uma nova modalidade de ensino-aprendizagem.

Segundo Possolli (2012) o vertiginoso crescimento da educação a distância em instituições de Educação Superior públicas e privadas relaciona-se diretamente com a evolução das tecnologias de informação e de comunicação que possibilitaram a criação de

novas formas de: acompanhamento e mediação pedagógica, progressos nos mecanismos de interatividade e ampliação da oferta de oportunidades de formação em nível superior.

De acordo com o site Virtual (2014), os programas de mestrado e doutorado na modalidade a distância, no Brasil, ainda são objeto de regulamentação específica. Os cursos de pós-graduação lato sensu, chamados de "especialização", até recentemente eram considerados livres, ou seja, independentes de autorização para funcionamento por parte do MEC. Porém, com o Parecer n.º 908/98 (aprovado em 02/12/98) e a Resolução nº 3 (de 05/10/99) da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação que fixam condições de validade dos certificados de cursos presenciais de especialização sendo voltados às expectativas de aprimoramento acadêmico e técnico-profissional com caráter de educação continuada, tornou-se necessária a regulamentação de tais cursos na modalidade à distância.

Para construir um curso baseado nos padrões da modalidade de EAD, voltado para satisfazer às necessidades dos alunos, muitas decisões e ações se fazem necessárias. Um aspecto ainda mais complexo diz respeito ao fato da EAD requerer que as instituições alterem significativamente sua concepção de educação, suas políticas e procedimentos para criação e desenvolvimento de cursos, sistemas de avaliação, etc. Enfim, implica em mudanças nos processos que envolvem a implantação e o desenvolvimento de cursos, para que se possa atuar no campo da EAD. (PAULA, FERNEDA, FILHO, 2010. p.02).

A relevância educacional e científica do presente trabalho reside na atualidade da proposta e na necessidade crescente de se realizar pesquisas científicas aprofundadas para a compreensão das características e desafios institucionais enfrentados no processo de implementação de cursos EAD.

Nesta perspectiva, torna-se importante buscar compreender, no município de São Francisco do Conde, os entraves encontrados pelos discentes no processo de implementação do curso de Pós Graduação à distância em Gestão Pública Municipal no Campus dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

1. EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

O ensino superior no Brasil começa a se organizar de forma mais sistemática a partir de 1934 com a fundação da Universidade de São Paulo. O modelo de expansão da educação superior adotado no Brasil acontece em especial a partir da Reforma Universitária de 1968 (Lei n. 5.540/68), que ocorre no cenário da ditadura militar.

Martins (2000) afirma que desde o final da década passada, o crescimento da educação superior no Brasil, numa média de 7% ao ano, produziu uma diversificação da forma de atendimento aos alunos ingressos, sobretudo na graduação.

Este processo de expansão foi acompanhado pela ampliação de vagas, mudanças no perfil da população atendida e pela construção de alternativas metodológicas e organizativas desta etapa educacional no país. Vale ressaltar também a definição de sua inserção no mercado, em que se pese a agressiva influência política entre as décadas de 1960 e 1970 até o início dos anos 1980, quando a maioria das instituições de ensino superior seria fundamentalmente originada do setor privado. (FRANCO, 2008, p.54).

É a partir de 1988 que a educação superior sofre um intenso processo de reformas, que se adensou a partir de 1995. É imprescindível reforçar que essa reforma teve enorme relevância a medida que as universidades passam a ganhar autonomia. Perante a Constituição de 1988, as universidades brasileiras gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (Art. 207). Isto significa dizer que cabe a elas: a criação, organização e extinção de cursos; a elaboração de estatutos; a atribuição de graus, expedição e registro de diplomas; a fixação de currículos de cursos e programas; a fixação do número de vagas; a celebração de contratos, acordos e convênios; a administração de rendimentos; a programação de pesquisas e atividades de extensão; a contratação e dispensa de professores; a definição de planos de carreira.

Segundo Franco (2008) quando tratamos do contexto do ensino superior no Brasil, principalmente, a partir da década de 1990, levando em conta as manifestações do MEC, através de disposições legais mais regulamentadoras ou pela utilização de expedientes de agilização, visto o grande número de escolas superiores no país, notamos que houve uma ampliação da autonomia para as instituições principalmente no que se refere à organização de seus projetos pedagógicos e seus planos de desenvolvimento institucional.

Foi a aprovação da Lei n.º 9.131, de dezembro de 1995, que reformulou o Conselho Nacional de Educação e redefiniu as bases da criação de novas instituições superiores, tendo em vista a expansão com qualidade para fazer frente a crescente demanda por ensino superior. O novo sistema assentava-se em três pontos: flexibilidade, competitividade e avaliação. A base importante dessa lei foi o estabelecimento da necessidade de credenciamento periódico das instituições, baseado na avaliação do desempenho dos cursos e do conjunto da instituição.

Nesta seqüência torna-se importante ressaltar que no Brasil, a educação superior abarca um conjunto complexo e diversificado de instituições públicas e privadas, cuja normatização encontra-se formalizada na Constituição de 1988. na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na Lei nº 9.394/1996, além de um grande número de decretos, regulamentos e portarias complementares.

Buscando conferir maior organicidade as políticas de ensino superior foi elaborado o PNE 2001-2010. Ele foi aprovado pela Lei nº 10.172/2001, em que constavam 295 metas para a educação, sendo 35 destas voltadas para o ensino superior. As metas refletiam a preocupação com a expansão qualificada, propondo: i) o aumento da oferta de vagas (e, por conseqüência, de matrículas), em especial para a população de 18 a 24 anos; ii) a expansão regional; iii) a diversificação do sistema pelo estímulo ao desenvolvimento da EAD; e iv) a institucionalização de um sistema nacional de avaliação.

Dessa forma, o PNE 2001-2010 previa a expansão da educação superior brasileira, de forma a promover:

- O crescimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década;
- O estabelecimento de uma política de expansão que diminua a desigualdade de oferta por regiões do país;
- A implantação de um sistema interativo de educação à distância;
- A institucionalização de um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa, que englobe os setores público e privado, e promova a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica.

Ao longo do período 2001-2010, observou-se a tendência iniciada na década anterior, de um maior crescimento da educação superior no setor privado e somente apenas ao final do período identificou-se um aumento também no setor público.

A partir de 2004, foram implementadas diversas políticas que podem ser interpretadas como medidas para reverter o quadro de ampliação do setor privado e de redução de desigualdades regionais. Estas, de certa forma, representavam as novas tendências da política de educação superior no Brasil, destacamos:

- Ampliação de vagas públicas – entre 2002 e 2010, foram criadas 14 universidades federais em diversos estados, e foi criado, em 2006, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Em 2003 contabilizou-se um total de 113 mil vagas presenciais oferecidas por universidades federais de todo o Brasil;
- Fortalecimento da educação tecnológica – foram reestruturados 33 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), que mudaram o foco do ensino médio para o superior, tornando-se Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets).
- Ampliação do financiamento aos estudantes via novas políticas de financiamento – foi criado o Programa Universidade para Todos (Prouni) e reeditado o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies);
- Estímulo à modalidade à distância – houve enorme crescimento da oferta de cursos a distância, predominantemente no setor privado. A criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio de parceria entre instituições formadoras (Ifets, Cefets e IES estaduais) e sistemas de ensino (estaduais e municipais), tem gerado a expansão da educação superior pública por meio do ensino a distância, em diferentes regiões e municípios do país;
- Interiorização – em 2003, havia 68 municípios atendidos pela rede federal de ensino superior. Com a expansão promovida por meio da interiorização, esperava-se que nos anos seguintes fosse alcançado um número maior de municípios, além daqueles que já haviam sido atingidos por programas de educação à distância;

O Censo 2008 informa que no total de instituições de ensino superior no Brasil (2.252), apenas 236 (11%) eram públicas sendo os (89%) restante privadas. Essas instituições estavam

divididas em 183 universidades (públicas federais, estaduais e municipais), 124 centros universitários, 1.945 faculdades, escolas e institutos, todos majoritariamente privados.

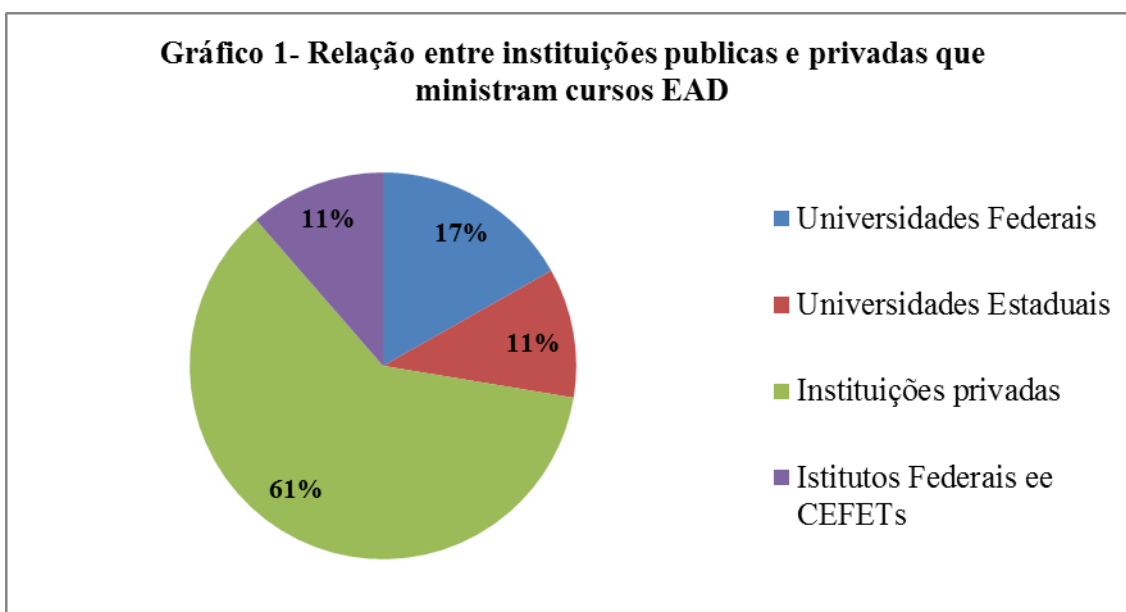
É importante frisar que o ensino superior no Brasil é oferecido por universidades, centros universitários, faculdades, institutos superiores e centros de educação tecnológica. Tendo três tipos de graduação: bacharelado, licenciatura e formação tecnológica. Os cursos de pós-graduação são divididos entre lato sensu (especializações e MBA's) e stricto sensu (mestrados e doutorados). Além da forma presencial, em que o aluno deve ter frequência em pelo menos 75% das aulas e avaliações, ainda é possível formar-se por ensino à distância (EAD).

2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: UM OLHAR ALÉM DA GRADUAÇÃO.

A partir de 1988 observa-se um crescente envolvimento de Instituições de Ensino Superior com cursos à distância. De acordo com Moran (2002) estudos do Centro de Informática Aplicada da Fundação Getúlio Vargas, estima-se que o Brasil tenha cerca de 40 mil alunos matriculados em cursos superiores à distância.

A cada ano, a quantidade de alunos que ingressam em cursos desse tipo cresce mais do que 40%. Destaca-se que a expansão de cursos e, de matrículas, na modalidade EAD, deve-se prioritariamente às instituições privadas que, em 2006, representaram 81,5% do total de matrículas. Desde a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), o setor público voltou a apresentar um crescimento ascendente, embora ainda esteja muito abaixo do setor privado.

No censo de 2013, realizado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABDE) foi possível analisar a realidade brasileira no que diz respeito à educação a distância na pós-graduação e como o ensino EAD tem suprido a carência educacional brasileira. São aproximadamente 351 instituições públicas e privadas que oferecem cursos de pós-graduação stricto sensu e lato sensu em todo o país.

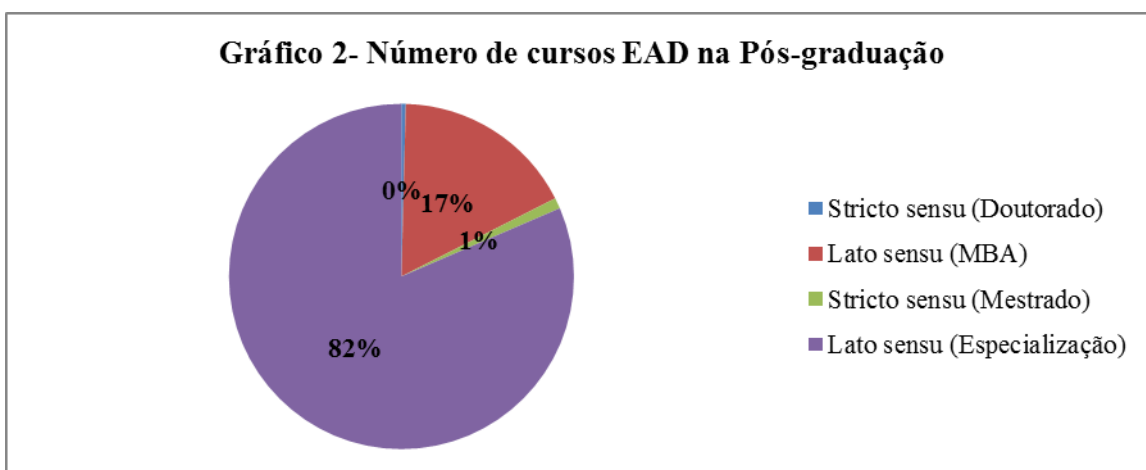


Fonte: Censo Ead. br: relatório analítico da aprendizagem a distancia no Brasil 2013 (2014)

Dados do INEP relativos ao ENADE apresentados em 2008 e 2010 já comprovavam que a EAD possuía vantagens inquestionáveis dentre as quais destacam-se: ótima relação custo/eficiência; atendimento a sujeitos/grupos não favorecidos por outras modalidades de ensino; abertura a diferentes estilos de aprendizagem; apoio do grupo com aprendizagem ativa e cooperativa.

Nas duas últimas décadas, a rápida evolução das tecnologias da informação e da comunicação gerou vários produtos que maximizaram a produtividade dos programas de formação à distância, principalmente aqueles assistidos por computador. Com a utilização de novas tecnologias – como o correio eletrônico, as conexões de redes a bancos de dados, videotexto, conexões via satélite etc. –, alteraram-se, assim, os paradigmas dos programas de educação à distância, evoluindo para modelos mais abertos, flexíveis e ricos na utilização de recursos tecnológicos. Os ambientes multimídia possibilitam o acesso, o tratamento e a difusão de todos os tipos de informações suscetíveis de ser digitalizados – textos, sons, gráficos, vídeos, imagens e etc. –, disponibilizando o controle do conhecimento ao próprio aluno, que passa a definir suas estratégias de apreensão do conhecimento. (SPELLER; ROBL; MENEGHEL, 2012, p.99).

Ainda em 2013, no Brasil, existiam 993 cursos EAD de pós-graduação sendo que os cursos de especialização eram os que existiam em maior quantidade contabilizando 82% do total. Já cursos de doutorado, existiam apenas 4, não contabilizando nem 1% do total de cursos existentes.



Fonte: Censo Ead.br: relatório analítico da aprendizagem a distancia no Brasil 2013 (2014)

Segundo Ronca, Speller e Muñoz (2012) nos últimos anos, a estrutura de controle desenvolvida pelo MEC para a EAD, por meio da SEED (Secretaria de Educação da

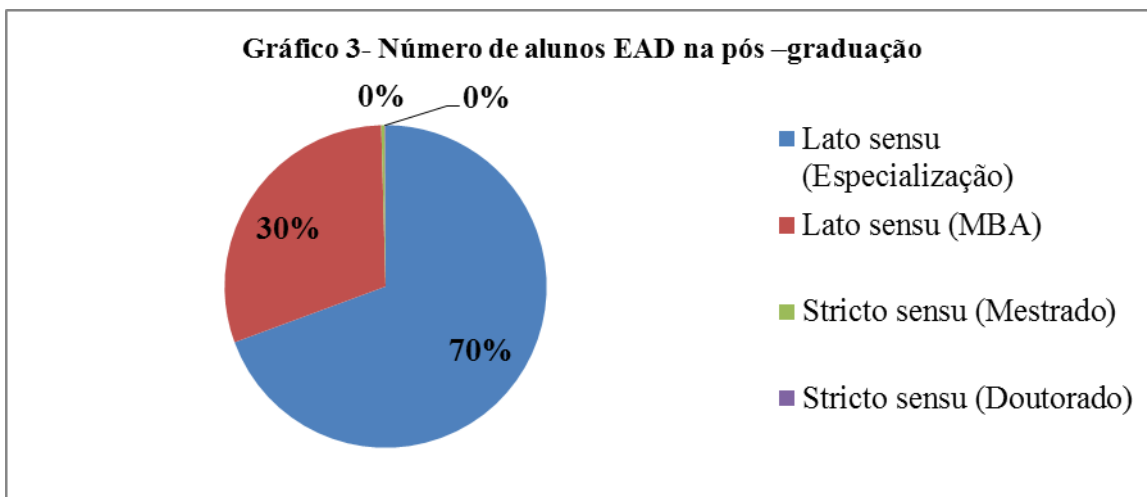
Distância), avançou muito, buscando implementar a qualidade com resultados significativos. No estágio atual, o processo está em evolução com um bom grau de estabilidade, apesar das dificuldades, seja pelo acesso limitado à internet no país, seja pelo preconceito que ainda existe em relação à modalidade – reflexo da cultura de aprendizagem disseminada.

Em termos institucionais, a oferta de cursos superiores à distância poderia ser classificada dentro das seguintes três grandes tendências:

- Instituições isoladas - São universidades e faculdades de ensino superior que já atuam na educação presencial e agora oferecem cursos a distância. Em geral começam com cursos de extensão, depois com cursos de especialização e atualmente estão organizando cursos de graduação.
- Associações e Consórcios - São instituições de ensino superiores brasileiras que se unem seus esforços para oferecer cursos à distância em vários níveis.
- Instituições exclusivamente virtuais - instituições criadas exclusivamente para oferecer cursos à distância, operando no momento apenas em cursos de extensão.

Para Moran (2002) o avanço da internet facilitou o acesso a cursos on-line, de graduação e pós-graduação, principalmente de especialização. A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), em especial nos seus artigos 80 e 87, reconhece a educação à distância e a partir daí se intensificam os cursos nos vários níveis. Estes números incluem cursos de graduação, de pós-graduação (principalmente Especialização) e de extensão. É crescente o número de cursos de graduação e lato sensu a distância enviados ao MEC para autorização.

De acordo com os dados da ABDE podemos relacionar a quantidade de cursos EAD de especialização com a grande demanda existente, já que esse tipo de curso soma 70% do total de 116.086 alunos regularmente matriculados no ano de 2013 nos cursos de pós-graduação. Os cursos de mestrado e doutorado são os com menos alunos matriculados, 416 e 91 respectivamente e separados não somam nem 1% do total.



Fonte: Censo Ead. br: relatório analítico da aprendizagem a distancia no Brasil 2013 (2014)

O surgimento das universidades abertas (UA) parte do princípio de que não se leva em consideração o histórico acadêmico do aluno na sua admissão e que qualquer um é elegível a esse ingresso; o aluno pode montar o seu programa e o conteúdo do seu curso; as modalidades incluem EAD, semipresencial e presencial; em geral, é uma universidade única, com um campus ou sede nacional, normalmente com pólos nacionais e internacionais. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi constituída como a iniciativa brasileira de UA. A UAB é um consórcio de universidades públicas instituído pelo Decreto 5.800 de 8 de junho de 2006, nos três níveis de governo, que oferece cursos de nível superior na modalidade de EAD para parte da população que tem dificuldade de acesso à formação superior. (RONCA; SPELLER; MUÑOZ, 2012, p.107).

Segundo Ronca, Speller e Muñoz (2012) a EAD afigura-se, de fato, como um novo modelo educacional que veio para melhorar nossa qualidade de vida e cidadania, derrubando as distâncias e aproximando, não distanciando, as pessoas, ao contrário do que o nome sugere. Nesse sentido, a discussão dos desafios apresentados é imprescindível para acelerar a formação de nossos “cidadãos digitais” neste novo mundo da economia do conhecimento.

É importante considerar que todas as universidades e organizações educacionais, em todos os níveis, possam e queiram experimentar a integração entre o presencial e o virtual, garantindo a aprendizagem significativa.

2.1 UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criada em 2005, e regulamentada em 2006, pelo Decreto n. 5.800/06, e pela Secretaria de Educação à Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC). Em 2007, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) começou a estimular e a fomentar a formação inicial e continuada de professores da educação básica. A partir disso houve a criação de duas importantes diretorias dentro do seu núcleo: a Diretoria de Educação Básica (DEB) e a Diretoria de Educação a Distância (DED).

As atribuições da DEB e DED são pautadas na indução e fomentação da formação inicial e continuada de professores da educação básica nos formatos presencial e a distância. Com isso, o Sistema UAB passou a ser gerenciado pela CAPES, e em 2011, a Secretaria de Regulação e Supervisão (SERES) passou a regulamentar e a avaliar os cursos na modalidade à distância a partir da extinção da SEED.

A UAB é um sistema integrado de universidades públicas que oferece cursos de nível superior, preferencialmente para a área de formação inicial e continuada de professores da educação básica por meio da modalidade de educação à distância. Podemos considerar a UAB como uma fomentadora do desenvolvimento da modalidade EAD, da expansão e interiorização das ofertas de curso e programas de educação superior no País que visa uma educação inclusiva e cidadã. Através da articulação e integração das instituições de ensino superior, municípios e estados.

De acordo com o Decreto 5.800, são objetivos do Sistema UAB:

- I - Oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada para professores da educação básica;
- II - Oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores da área de educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- III - Oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - Ampliar o acesso à educação superior pública;

V - Reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do país;

VI - Estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e

VII - Fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação à distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Faz-se necessário ressaltar, que, atualmente qualquer cidadão que tenha concluído a educação básica, e que, tenha sido aprovado em processo seletivo atendendo os requisitos da instituição ofertante do curso vinculada a UAB pode tornar-se aluno EAD e fazer parte da Universidade Aberta do Brasil.

O sistema UAB ainda considera o conjunto de instituições federais de ensino superior e os polos de apoio presencial que prestam suporte físico a partir de estrutura para a execução descentralizada de algumas das funções didático-administrativas de curso, consórcio, rede ou sistema de educação à distância. Assim como considera para a criação e manutenção de um curso EAD a presença de um tutor à distância e um tutor presencial.

Atualmente para o funcionamento da educação à distância por meio do sistema UAB é necessário que, estados e municípios candidatem-se para receber os cursos e se responsabilizem pela infraestrutura dos pólos de apoio presencial a partir de aspectos como, o espaço físico dotado de infraestrutura física, tecnológica e pedagógica adequada para a realização do ensino EAD.

Sendo assim, o sistema UAB funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior ao oferecer educação gratuita e de qualidade em todo país e principalmente nas regiões do interior dos estados brasileiros. Contribuindo, desta forma, com a redução do fluxo migratório para as grandes cidades e promovendo a democratização do ensino superior.

2.2 MARCOS LEGAIS

Como tem se observado, a educação à distância tem crescido de forma significativa nos últimos anos no Brasil e sendo cada vez mais adotada como modalidade de ensino nos cursos de graduação e pós-graduação. A EAD se apresenta como uma possibilidade/alternativa ao método tradicional de ensino presencial e surge em meio aos avanços da tecnologia e comunicação. Entretanto, por se tratar de uma modalidade educacional, a fim de prezar pela qualidade dos cursos oferecidos, é preciso que estes estejam de acordo com alguns instrumentos normativos a exemplo de leis, decretos e portarias.

As bases legais para a EAD no Brasil surgem em 1996, através da Lei que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/1996) e cita a educação à distância em alguns artigos. O Art. 80 desta Lei é o principal, onde se discute a proposta de ensino EAD e o insere no Sistema Educacional Brasileiro. Neste artigo fica posto que o Poder Público deva incentivar a modalidade EAD em todos os níveis educacionais, desde que seja ofertada por instituições devidamente credenciadas pela União e é também a União que fica responsável pela regulamentação de requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos aos cursos. Depreende-se também do texto desta Lei que a educação à distância gozará de tratamento diferenciado, a exemplo de redução nos custos de transmissão em canais de rádio e TV entre outros.

O Art. 80 da Lei 9.394/96 é o ponto de partida para o avanço do ensino EAD e a partir dela surgem outros dispositivos legais que vão complementar ou fazer alterações pontuais na legislação em questão. Os Decretos nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e 2.561, de 27 de abril de 1998 surgem como apoio normativo aos primeiros cursos superiores de educação à distância e sofrem alterações, revogados pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Este Decreto detalha e esclarece alguns pontos do Art. 80 da Lei 9.394 sendo de suma importância. O Decreto 5.622/05:

- Define a EAD como modalidade educacional, organizada segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares;
- Discorre sobre a necessidade da existência de momentos presenciais e os níveis e modalidades educacionais em que se poderá ser ofertada;
- Aponta algumas regras que podem contribuir para a avaliação do desempenho do estudante;

- Determina que o MEC deva ser a instituição responsável por de organizar a cooperação e integração entre os sistemas de ensino, em busca de um padrão mínimo de normas e procedimentos para credenciamento, autorização e reconhecimento dos cursos e instituições de EAD;
- Orienta a oferta de cursos EAD tanto na educação básica quanto no ensino superior e na pós-graduação.

Alguns meses depois, em 08 de junho de 2006 surge outro Decreto que dispõe sobre a Universidade Aberta do Brasil – UAB. O Art. 1º do Decreto Nº 5.800/06 institui o Sistema UAB como responsável pelo desenvolvimento da modalidade de educação à distância, com o propósito de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no Brasil.

Vale citar alguns dos outros dispositivos legais que nortearam o ensino EAD a partir da década 90, contribuindo para a melhoria e a expansão dessa modalidade, a exemplo:

- Resolução Nº 1, de 3 de abril de 2001, do Conselho Nacional de Educação (CNE): Estabeleceu as normas para a pós-graduação lato e stricto sensu.
- Decreto Nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007: Altera os Arts. 10, 12, 14, 15 e 25 do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 que passam a vigorar com uma nova redação.
- Portaria Ministerial Nº 4.361, de 29 de dezembro de 2004: revogou a portaria anterior Nº 301, de 07 de abril de 1998 - estabelece os processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior, credenciamento para oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior para oferta de cursos superiores a distância.

Em 2007 foram reformulado os Referenciais de Qualidade para EAD, que teve sua primeira versão feita em 2003. Estes Referenciais funcionam como complemento às determinações específicas da LDB, do Decreto 5.622, de 20 de dezembro de 2005, do Decreto 5.773, de junho de 2006 e das Portarias Normativas 1 e 2, de 11 de janeiro de 2007. Apesar de não possui força de lei este documento funciona como um instrumento norteador para o poder público ao tratar as questões de regulação, supervisão e avaliação dos cursos.

Ao falarmos de ensino superior à distância encontramos também a possibilidade de oferta de cursos de mestrado, doutorado e especialização, presente no Capítulo V do Decreto n.º 5.622/05 e pela Resolução Nº 01 abril de 2001 do CNE que determina que os cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) a distância serão oferecidos exclusivamente por instituições credenciadas para tal fim pela União e obedecem às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento estabelecido no referido Decreto.

Ainda no artigo 11, a Resolução nº 1, de 2001, conforme o disposto no § 1º do art. 80 da Lei nº 9.394/96, de 1996, reforça mais uma vez que os cursos de pós-graduação lato sensu a distância só poderão ser oferecidos por instituições credenciadas pela União. Fica determinado também que os cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos à distância deverão conter, obrigatoriamente, provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso.

2.3 ELEMENTOS DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: PROFESSOR, TUTOR E ALUNO.

Como já é sabido, o ensino EAD difere em diversos fatores do ensino tradicional, principalmente no que diz respeito aos elementos humanos presentes na educação à distância e a postura dos mesmos em relação a essa modalidade de ensino.

Observa-se nos cursos EAD a necessidade de uma equipe multidisciplinar que trabalhe de forma interdependente. Dentro dessa perspectiva não falamos apenas da figura do professor como principal responsável pelo ensino e aprendizagem, mas de toda uma gama integrada de profissionais, como: editores de texto, áudio e vídeo, redatores, programadores, artistas gráficos, administradores, planejadores, pedagogos e etc.

Da mesma forma que na educação presencial, na EAD o professor é a figura responsável pelos conteúdos aplicados durante o curso. Porém, a principal diferença é que a interação entre o corpo docente e discente ocorre em maior parte de forma virtual, o que não faz do professor um animador audiovisual ou um recurso dos alunos já que, é o uso das tecnologias que é visto como suporte educacional para um ensino e aprendizagem mais eficaz e eficiente.

No ensino à distância espera-se do professor uma postura de mediador entre o aluno e o objeto de estudo, pois não se trata de um aprendizado isolado por parte do aluno onde o estudante é o único responsável pelo seu processo de formação. Desse modo, conclui-se que a EAD não consiste em um processo solitário de formação visto que a construção do conhecimento se dá por meio de uma relação de troca.

Masetto (2006, p. 144) classifica o professor mediador como o:

[...] facilitador, incentivador ou motivador da aprendizagem, que se apresenta com a disposição de ser uma ponte entre o aprendiz e sua aprendizagem – não uma ponte estática, mas uma ponte “rolante”, que ativamente colabora para que o aprendiz chegue aos seus objetivos.

Neste cenário de aprendizagem, além da figura do professor, há também o tutor que oferece um suporte mais técnico tanto para alunos como para professores. Os tutores devem ser profissionais qualificados e que dominem os conteúdos trabalhados no curso. Estes profissionais são importantes por também desempenharem uma função de defensores dos

interesses dos discentes em relação à instituição, ao servirem de elo entre estudantes e universidade.

Segundo Rumble (1993 p 48):

[...] o tutor tem um papel central: o de negociador e árbitro do contrato de aprendizagem entre instituição-estudante. Uma das funções principais do tutor consiste em orientar os alunos com respeito ao material e os procedimentos pedagógicos apropriados, além de motivá-los, uma vez que estejam matriculados no programa.

De acordo com os Referenciais de Qualidade do MEC para Educação Superior à Distância (MEC, 2007) o sistema de tutoria deve contar com tutores que atuem de forma a distância e presencial. O tutor presencial atende os alunos no pólo e também no ambiente virtual, enquanto o tutor à distância exerce o seu trabalho apenas a partir do ambiente virtual de aprendizagem já que ele se encontra geograficamente distante do aluno.

Os tutores têm como grande desafio instigar os alunos à interação, proporcionando uma troca de experiência entre todos os envolvidos. Entende-se que é necessário que o tutor/professor seja o intermediário da construção da autonomia e do amadurecimento do aluno. Pois é dessa forma que despertarão os alunos a reconhecerem, a necessidade em serem mais participativos nas atividades do curso, principalmente naquelas que envolvem o ambiente virtual e que exigem um nível maior de autonomia e motivação.

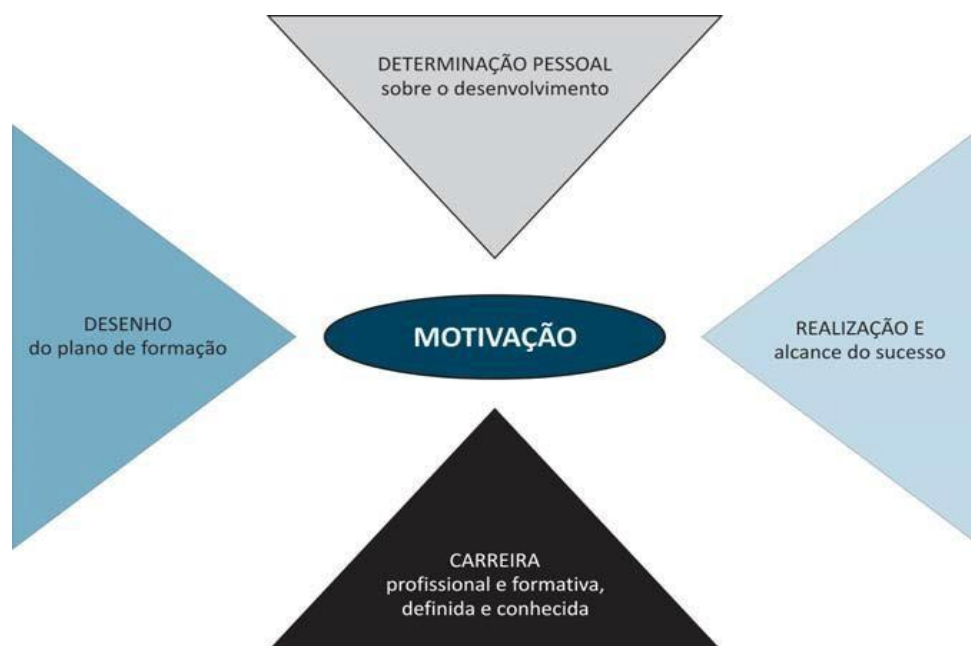
Sendo figura central do processo de ensino e aprendizagem o aluno não pode ser um sujeito passivo, o processo de interação com os tutores, professores, colegas de curso e com o ambiente virtual é extremamente necessário, já que o aluno além de receptor é produtor e reproduzidor de conhecimento. Desta maneira podemos destacar a autonomia e a motivação do aluno como principais pontos para o seu sucesso dentro do curso.

A autonomia está relacionada com a responsabilização pelo próprio conhecimento, pelo processo de aprendizagem, formação, objetivos e fins. Para Moore (2002 p 29) a autonomia do aluno é a medida pela qual, na relação ensino/aprendizagem, é o aluno e não o professor quem determina os objetivos, as experiências de aprendizagem e as decisões de avaliação do programa de aprendizagem.

O aluno deve desenvolver a sua autonomia para efetivar e conduzir sua aprendizagem, pois dentro da modalidade EAD, ele não dispõe do acompanhamento presencial do professor. Sendo assim o aluno que está inserido em um curso à distância deve buscar desenvolver uma alta capacidade de investigação, leitura, análise e interpretação.

A postura do aluno em relação ao curso é pautada pela sua motivação - que se refere ao anseio em alcançar seu objetivo - assim, a motivação resulta das vontades ou necessidades humanas. López (2003) e apud Dalmau (2011) destacam a existência de quatro chaves que contribuem para que exista a motivação: a determinação pessoal, o desenho do plano de formação, a realização e alcance do sucesso e a carreira profissional.

Figura 1 - Chaves que contribuem para a existência da motivação



Fonte: López (2003) e apud Dalmau (2011).

Além da determinação pessoal que envolve o anseio em atingir suas metas, a motivação das pessoas no processo de aprendizagem ocorre com a percepção do sucesso nos estudos, quando compreendem que o curso influencia na sua carreira ao imbuir nelas um diferencial no desenvolvimento das suas habilidades profissionais.

O ensino EAD inseriu na educação novos elementos e formas de relacionamento entre os entes envolvidos no processo de educação. O processo de aprendizado não é mais visto apenas a partir da perspectiva do transmissor de conteúdo (professor) e o receptor (aluno).

O ensino e a aprendizagem passaram a ser acessíveis de qualquer lugar. Diante disto, surge a importância em enxergar não só o papel das novas tecnologias e recursos educacionais, mas também o papel do aluno, professor e tutor para que se possa entender suas habilidades, demandas e limitações dentro da educação à distância.

2.4 ENTRAVES DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO

A educação vem passando por importantes transformações desde o surgimento dos primeiros avanços tecnológicos de informação e comunicação. Acompanhado dessas transformações vem o vasto crescimento de cursos à distância oferecidos por variadas instituições.

Desde então, a modalidade de ensino tem crescido como meio fundamental de inserção de indivíduos em cursos superiores e especializações.

Na realidade social brasileira, a educação a distância é vista em alguns setores como uma forma mais viável de estudar e aprender. Colabora para essa boa impressão a ampliação do acesso da população às tecnologias digitais, o uso intensivo desses meios por pessoas de todas as idades e classes sociais e os bons resultados obtidos pelos alunos de EAD em exames oficiais (sobretudo o ENADE) realizados pelo MEC.

O principal benefício da adequação da EAD é que esta busca atender a públicos diferenciados com necessidades variadas.

Segundo (FARIA; SALVADORI, 2010, p16):

A EAD é uma modalidade de ensino que cada vez mais está se destacando no cenário atual, principalmente porque se adapta a diferentes realidades dos alunos que procuram formação mediante este meio. Não se trata de uma forma facilitada de conseguir títulos, muitos menos de formação de baixa qualidade. Trata-se que atende as necessidades de um público específico e está atingindo cada vez mais segmentos.

Dentre este público destacam-se aqueles que necessitam de uma maior flexibilidade de horário e localização, propiciados pela interface tecnológica, além da inclusão dos portadores de necessidades físicas, contribuindo para questões sociais, como acessibilidade.

De acordo com Vidal (2010, p.20), o termo “à distância” que indica separação física do professor e do aluno, não exclui o contato direto dos alunos entre si ou do aluno com alguém que possa apoiá-lo na aprendizagem, tornando-o sujeito do processo de construção de seu próprio conhecimento.

É possível começar a flexibilidade curricular e a integração entre docentes, discentes e a sociedade pela própria intercomunicação e colaboração entre os participantes das ações acadêmicas nas duas modalidades. Eventos virtuais, encontros, trocas e parcerias entre todos os professores e alunos indistintamente podem auxiliar a “romper o muro” das salas de aula em direção a movimentos de inovação. (KENSKI, 2013, p.80).

Porem, o desafio da educação superior em relação à EAD está, entre outros, na possibilidade de convergência entre as duas modalidades: presencial e à distância. A integração entre ambas, respeitando-se as especificidades de cada modelo de ensino, é mais uma questão cultural do que estrutural no seio da universidade. A diluição das fronteiras entre presencial e à distância se inicia pela compreensão de que em ambas as modalidades estão presentes professores e alunos da mesma universidade e que, portanto, devem possuir os mesmos direitos e ter os mesmos deveres. Cursos da mesma área desenvolvidos nas duas modalidades não são antagônicos, mas podem ser complementares. As particularidades de cada modelo podem ajudar alunos e professores a iniciar a diversificação de práticas e procedimentos que enriquecem o aprendizado coletivo. Claro que algumas pessoas possuem mais habilidade do que outras para lidarem com cursos online à distância, mas este fato não exclui a EAD de ser um caminho satisfatório para a educação brasileira.

Os cursos de pós-graduação foram iniciados com o objetivo, explícito ou não, de preparar os docentes universitários para trabalharem com EAD, a exemplo da iniciativa da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, que viabilizou um curso de mestrado, restrito aos professores das universidades estaduais baianas.

Contudo, os cursos à distancia de pós-graduação passam por algumas dificuldades de adaptação tanto para os alunos e professores. Segundo Vidal e Maia (2010):

As mudanças no campo da informação, comunicação e conhecimento têm provocado desafios no plano de ação docente. As funções tradicionais dos professores têm sido questionadas em virtude da inclusão das tecnologias que chegam ao ambiente escolar.

Considerando as características dos alunos conectados, acredita-se que seja importante que o professor de pós-graduação da EAD organize os encontros presenciais, usando recursos didáticos audiovisuais e discussão em sala de aula de forma dinâmica, promovendo debates, por exemplo, como forma de prender a atenção dos alunos ao conteúdo que está sendo discutido e estimulá-los a comparecer ao ambiente virtual, bem como discutir temas que sejam úteis para a sua prática profissional, no presente ou no futuro.

Esses professores também encontram barreiras no tange dos recursos tecnológicos, pois eles necessitam de equipamentos, redes de computadores, softwares de gerenciamento de ensino para produção de conteúdos e em processos pedagógicos adequados ao ensino não-presencial e treinamento e constante reciclagem.

De acordo com Martins e Scheide (2000) a evasão ocorre devido as seguintes causas: dificuldade na utilização do computador e da internet, falta de tempo para se dedicar aos estudos, falta de interação entre os participantes (tutor e aluno) do curso, custo do mesmo, dificuldade por parte dos alunos em se expressarem através da escrita, doenças, abalos psicológicos, além de problemas administrativos enfrentados pela instituição de ensino.

Já Coelho (2002), afirma que a evasão pode ser causada pelos seguintes motivos: a falta da tradicional relação face-a-face entre professor e o acadêmico, já que se acredita que neste tipo de relacionamento ocorre maior interação e respostas afetivas entre os envolvidos; pouco conhecimento do uso do computador e da internet, dessa forma, a falta dessa habilidade cria dificuldades para os alunos acompanharem as atividades propostas pelos cursos, como por exemplo, receber e enviar e-mail, participar de chats e de grupos de discussões; dificuldades por parte dos acadêmicos em expor ideias numa comunicação escrita o que atrapalha a interatividade entre os participantes do curso e, por último, o aluno não se sente incluso no processo educacional, devido a falta de um agrupamento de pessoas numa instituição física, construída socialmente e destinada muitas vezes, à transmissão de saberes.

Mais do que essas causas, existem outros motivos que levam os alunos a evadirem. Muitos destes de ordem administrativa como, por exemplo, o atendimento dos departamentos da Instituição e material didático. Neste sentido, Almeida (2008) afirma que os alunos enfrentam problemas relacionados aos recebimentos de módulos, cobrança de entrega de atividades de módulos não entregues, a distribuição do material ineficiente, ocorrência de atrasos nos envios do material o que conseqüentemente resulta no atraso na entrega das atividades do curso.

É importante destacarmos que o tutor tem papel fundamental na implementação desses

cursos de pós-graduação à distância, pois eles podem agir de forma positiva ou negativa.

De acordo com Almeida (2008) quando os contatos com o tutor são insuficientes, os alunos têm dificuldades para se comunicar com a tutoria, o tutor pode proporcionar aos alunos pouca ou nenhuma orientação para o desenvolvimento das atividades.

O aluno da pós-graduação à distancia enfrenta problemas, cujas causas são variadas. Dentre eles, destaca-se também a falta de tempo para estudar, falta de estrutura física para realizar o estudo, falta dos recursos tecnológicos e angústias da vida diária.

O aluno ainda encontra dificuldades de ordem tecnológica no uso da plataforma de ensino, assim como na adaptação ao ritmo particular que caracteriza a modalidade (prazos das entregas das atividades propostas, formas de participação, recursos do AVA, etc.).

De acordo com o Censo EAD (2013, p. 100), a maioria dos alunos de cursos EAD é do sexo feminino, estudam e trabalham.

Estudar na modalidade de EAD, para muitos, é uma das poucas alternativas de se chegar à graduação ou elevar o seu grau de escolaridade. No entanto, para estudar por meio da EAD, exige-se um perfil específico. O aluno dessa modalidade de aprendizagem precisa ser um sujeito autônomo, disciplinado, que priorize os estudos e que seja capaz de se autogerir e reconhecer que é o principal responsável pela sua aprendizagem, e que em parte das atividades precisará estudar coletivamente de forma colaborativa, interagindo com os colegas, tutores e professores sem o contato físico diário, além da capacidade de manter a automotivação e a persistência, superando adversidades que porventura surjam durante o percurso da realização do curso. (LIMA; SÁ; PINTO, 2014).

Diante da base legal e do contexto histórico e teórico apresentado anteriormente notamos que os principais entraves para implementação dos cursos de pós-graduação a distancia estão relacionados com:

- Dificuldades institucionais que diz respeito ao AVA (Ambiente virtual de aula) - que envolvem acesso login e/ou senha, deficiências na funcionalidade AVA referentes à postagem de atividades, inconsistências ou sistema fora do ar.

- Material didático - quantidade excessiva de atividades e textos muito extensos em algumas disciplinas e a má qualidade do material.
- Demora no retorno crítico de alguns tutores e professores e falta ou pouca participação na plataforma do curso para esclarecimento de dúvidas e orientação ao aluno.

2.5 QUADRO DE ANÁLISE

Levando em consideração toda a base teórica já apresentada, propõe-se um quadro de análise para compreensão e estudo dos principais entraves encontrados pelos discentes no processo de implementação do curso de Pós Graduação à Distância em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) no Pólo de São Francisco do Conde.

Em um primeiro momento listam-se aspectos básicos de identificação/caracterização do respondente como, idade, gênero, profissão, cidade onde residem, formação e experiência em algum outro curso EAD.

Em seguida estão definidos sete blocos:

- Bloco 1 (Ensino EAD) - busca identificar que aspectos do caráter EAD do curso que contribuíram ou não para a escolha do mesmo, assim como as experiências com as aulas EAD e as impressões tidas pelos alunos a respeito da autonomia que o curso a distância proporciona.

- Bloco 2 (Infraestrutura/Tecnologias da informação e comunicação) - expõe aspectos relacionados a disposição e eficiência dos recursos audiovisuais, de informática e teleconferência disponibilizados pelo curso, possível existência de problemas técnicos (internet lenta ou equipamentos mal conservados) para assistir as aulas à distância na universidade e satisfação com a infraestrutura física da mesma.

- Bloco 3 (Material didático) - volta-se para o nível de satisfação dos alunos para com o material didático ofertado pelo curso, a existência ou não de integração entre o material didático impresso e os momentos virtuais e presenciais de aula e a facilidade em acessar o material didático disponibilizado.

- Bloco 4 (Ambiente virtual) - trata do acesso ao AVA (ambiente virtual de aula) e as dificuldades de acessá-lo por questões de ordem técnica do sistema e também por limitações e dificuldades dos alunos. Assim como o uso do ambiente virtual de aprendizagem como objeto facilitador que contribui para as experiências vividas nos momentos presenciais em sala de aula.

- Bloco 5 (Tutoria, professores e coordenação) - dispõe de afirmativas a respeito do amparo dado pela coordenação do curso aos alunos e se a mesma está pronta pra solucionar os problemas referentes ao curso. É abordado o papel do tutor e se o

suporte dado pelo mesmo é suficiente para o aprendizado à distância, a manutenção do contato entre professores e alunos mesmo à distância, a existência de um domínio por parte dos professores e tutores sobre as disciplinas/eixos ministrados e também a existência de uma integração entre a equipe pedagógica.

- Bloco 6 (Métodos de avaliação/ensino) - trata de aspectos referentes às expectativas dos alunos sobre a grade curricular do curso, adequação do modelo de avaliação e nível de exigência da especialização.

- Bloco 7 (Principais dificuldades) - por fim, são considerados nesse bloco quesitos relacionados a uma possível desistência do curso atrelado aos problemas encontrados pelos alunos no curso e possíveis soluções para os mesmos.

3. METODOLOGIA

A pesquisa busca identificar os principais entraves encontrados pelos discentes no processo de implementação do curso de Pós Graduação à Distância em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) no pólo de São Francisco do Conde.

Para a realização dessa pesquisa foram estabelecidas duas fases: a primeira constituiu-se no levantamento dos dados junto a UNILAB e aprofundamento do lastro teórico acerca dos estudos sobre a educação superior no Brasil, educação à distância, aspectos legais e implementação do Curso de Pós Graduação à Distância em Gestão Pública Municipal no pólo de São Francisco do Conde, todos trabalhados em uma abordagem descritiva.

A pesquisa aqui apresentada tem um caráter qualitativo e é feita com uma amostra representativa - nesse caso 30% - dos alunos matriculados no curso de Pós EAD aqui já explicitado.

Como principal instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário que está dividido em duas partes e que contém 27 questões. A primeira parte do questionário aborda informações básicas do respondente como, idade, gênero, profissão, cidade onde reside, formação e experiência em algum outro curso EAD. A segunda parte é dividida em sete blocos, sendo eles:

- Bloco 1 – Ensino EAD
- Bloco 2 – Infraestrutura/tecnologias da informação e comunicação
- Bloco 3 – Material didático
- Bloco 4 – Ambiente virtual
- Bloco 5 – Tutoria, professores e coordenação
- Bloco 6 – Métodos de avaliação/ensino
- Bloco 7 – Principais dificuldades

Verifica-se a importância de ressaltar que a partir da segunda parte do questionário até o bloco 6 foi utilizado como instrumento de coleta de dados a escala Likert que permite descobrir níveis de opinião. Essa escala ajuda a medir atitudes e comportamentos utilizando opções de resposta que variam de um extremo a outro contrariando uma simples pergunta de

resposta "sim ou não". Ex.:

- Concorda fortemente 5
- Concorda 4
- Sem opinião 3
- Discorda 2
- Discorda fortemente 1

Como aqui já mencionado a pesquisa contempla uma vertente qualitativa. No bloco 7 do questionário preocupou-se em contestar aspectos que não podem ser quantificados (motivações ou atitudes individuais), mas que podem ser compreendidas a partir da análise das relações sociais. Segundo Gil (2007) a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados, e o pesquisador é o instrumento-chave. A pesquisa qualitativa tem como fundamento o comprometimento com valores éticos que envolvem uma relação social e política entre o pesquisador e o pesquisado. O pesquisador deve fornecer conhecimento que possibilite que outras pessoas analisem a realidade pesquisada e que estabeleçam suas próprias ideias a respeito do tema.

A partir dessa pesquisa obteremos resultados a respeito da existência de entraves encontrados pelos discentes do curso de pós-graduação à Distância em Gestão Pública Municipal da UNILAB no Pólo de São Francisco do Conde e possíveis contribuições de melhorias para os mesmos.

4. IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DA UNILAB NO PÓLO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE

Ao estudarmos o processo de implantação do curso de pós-graduação a distância em gestão pública municipal da UNILAB no Pólo de São Francisco do Conde, é importante analisarmos o município em que o curso está inserido. Localizado na Bahia, São Francisco do Conde fica situado na região metropolitana de Salvador. Possui aproximadamente 37 mil habitantes e sua área se estende por 263 000 km². Fundada em 1698, a cidade surgiu a partir da construção de um pequeno convento e uma igreja, e na época a riqueza local era fruto das plantações de cana de açúcar que deram início ao desenvolvimento econômico do município. Hoje, a cidade sedia a segunda maior refinaria de petróleo brasileira, tendo a extração e o refino como principal atividade econômica. Dados do IBGE de 2010 apontaram o município como maior PIB per capita do país, resultado da elevada arrecadação. São Francisco do Conde foi formado a partir de uma diversidade étnica e cultural que se mantém até os dias atuais. A cidade se enquadra nos padrões de alto desenvolvimento com IDH DE 0.7469.

Nos últimos anos o município de São Francisco do Conde tem se destacado por manter um padrão de crescimento contínuo, onde se consegue observar avanços em diversas áreas, a exemplo de melhores estruturas das unidades de saúde, serviços de atenção à mulher e à criança, crescimento nos índices educacionais e de emprego e renda, criação de plano diretor, melhoria na gestão fiscal e diante de tamanho potencial, a recente conquista da instalação de um campus da Universidade Internacional de Integração da Lusofonia Afro-brasileira – Unilab. O Pólo Universitário trazido para São Francisco do Conde traz impactos extremamente positivos para a cidade e toda região visto que o fluxo de estudantes, professores e colaboradores dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos contribui para o aquecimento da economia.

A UNILAB é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação e sua Sede está localizada na cidade de Redenção - CE. A Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010 aponta que a Unilab tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária. Sua missão institucional enquanto Universidade consiste em formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em especial os países da África, e promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio

cultural, científico e educacional.

O Campus dos Malês, como é conhecido o Pólo da Unilab em São Francisco do Conde, funciona como Pólo de apoio presencial e iniciou suas atividades em fevereiro de 2013, quando foi ministrada aula inaugural dos cursos de Graduação e Pós-Graduação à distância. No ano de 2014 é que se iniciaram oficialmente as atividades acadêmicas das diversas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Entre os cursos ofertados no Campus dos Malês estão:

- Graduação (Presencial)

Bacharelado em Humanidades – BHU

Letras – Língua Portuguesa

- Graduação (Modalidade a Distância)

Administração Pública (Bacharelado)

- Pós-Graduação Lato Sensu - Especialização (Modalidade a Distância)

Gestão Pública

Gestão Pública Municipal

Gestão em Saúde

Conforme o PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO MUNICIPAL MODALIDADE À DISTÂNCIA o curso busca formar profissionais para atuar nas atividades gerenciais, tendo como objetivos específicos:

- a) Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
- b) Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- c) Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal;
- d) Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.”

O público alvo do curso deve compreender estudantes graduados que exerçam atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor. Ainda segundo o Projeto pedagógico do curso, os

objetivos de aprendizagem para o estudante são os seguintes:

- a) Compreender os conceitos básicos e terminologias nas áreas funcionais chave de organizações do primeiro (Estado) e terceiro setores nas áreas: gestão, estratégia, operações, finanças públicas, recursos humanos e outras;
- b) Demonstrar habilidade para diagnosticar, analisar e oferecer soluções para situações organizacionais/empresariais complexas;
- c) Desenvolver habilidades-chave (comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança) requeridas para uma carreira gerencial de sucesso;
- d) Estar apto para fazer a integração das áreas funcionais do negócio para permitir tomadas de decisões acertadas para a organização como um todo.

A primeira turma do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal foi formada no primeiro Semestre de 2014 com um total de 50 alunos, sendo 29 mulheres e 21 homens. A segunda turma formou-se também em 2014, no segundo semestre, com um total de 48 alunos, sendo 29 mulheres e 19 homens.

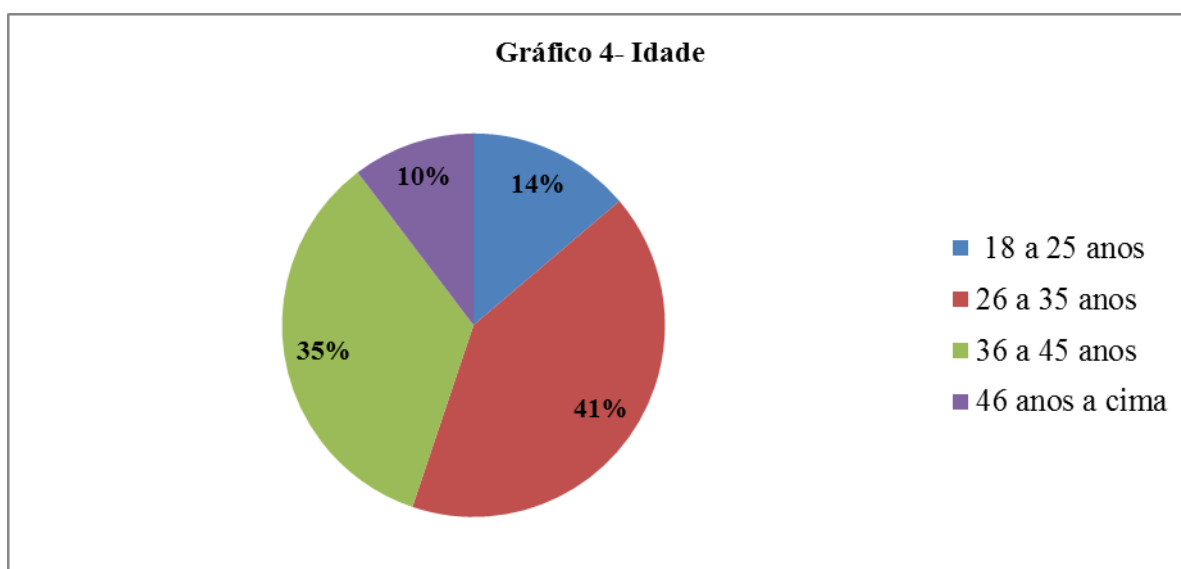
5. RESULTADO DA PESQUISA DE CAMPO

1. Primeira parte

A primeira parte do questionário aborda informações básicas do respondente como, idade, gênero, profissão, cidade onde residem, formação e experiência em algum outro curso EAD.

Atualmente o curso de Pós Graduação em Gestão Pública Municipal conta com um total de 98 alunos regularmente matriculados assíduos as aulas. A pesquisa foi feita com 30 alunos escolhidos de forma aleatória sendo 22 mulheres e 8 homens.

Analisando a variável “idade” é possível perceber que a maior parte dos alunos respondentes pertence a faixa etária dos 26 a 35 anos seguidos com 33% dos alunos com 36 a 45 anos.



Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

As atividades profissionais exercidas entre os respondentes variam. A exemplo de pesquisadora, auxiliar administrativo, coordenador pedagógico, contador, auditor, administrador de empresas e assistente social.

A variada gama de atividades profissionais exercidas entre os alunos do curso é reflexo da diversidade de formação dos mesmos, fazendo com que o curso seja formado por alunos de diversas áreas acadêmicas.

Tão múltipla quanto à formação acadêmica dos alunos do curso é a origem dos mesmos. Dos 30 respondentes apenas 1 residia em São Francisco do Conde, os demais

estavam fixados em Salvador e região metropolitana ou em cidades do Recôncavo Baiano como, Santo Amaro, Cachoeira, Governador Mangabeira e Santo Antônio de Jesus. 40% dos respondentes já disseram ter feito algum curso EAD. Quando perguntado sobre os tipos de curso os respondentes citaram cursos de extensão, graduação e pós-graduação.

- Segunda Parte

A partir da literatura aqui já citada e das respostas dos alunos do curso sobre o ensino EAD (Bloco 1), podemos concluir que o ensino a distância foi o critério primordial para a escolha do curso, logo o EAD pode ser considerada uma ferramenta de inclusão social ao aproximar dos centros acadêmicos pessoas que não fariam um curso de pós-graduação caso ele fosse presencial.

Quando pensamos sobre inclusão social partimos do princípio, de que há uma situação de exclusão e que o ensino EAD funciona como uma ferramenta que alcança lugares que a educação formal jamais esteve.

Ao falarmos sobre a capacidade de concentração, os alunos apontaram que existe uma dificuldade de concentração durante as aulas EAD. Como fator gerador dessa dificuldade de concentração pode-se apontar no caso UNILAB/ São Francisco do Conde, a má qualidade dos vídeos aulas e transmissões dos vídeos conferências (assunto que será discutido a partir da análise do Bloco 7).

Uma possível autonomia que o ensino a distância proporciona aos alunos também foi questionada. Entende-se a autonomia como uma forma de liberdade intelectual, independência e autogestão. No caso do ensino a distância o aluno (com o intermédio do professor/tutor) desenvolve ações que estimulam o inter-aprendizado e a pesquisa, visando à construção da autonomia.

Tabela 1- A facilidade de acesso ao ensino EAD me motivou a escolher o curso com essa modalidade de ensino.

Escala	%
Concorda fortemente	47%
Concorda	33%
Sem opinião	-
Discorda	10%
Discorda fortemente	10%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Tabela 2- A flexibilidade dos horários de aula me motivaram a escolher o curso.

Escala	%
Concorda fortemente	50%
Concorda	23%
Sem opinião	7%
Discorda	13%
Discorda fortemente	7%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Tabela 3- Tenho dificuldades em me concentrar em uma aula EAD

Escala	%
Concorda fortemente	37%
Concorda	20%
Sem opinião	-
Discorda	13%
Discorda fortemente	30%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Tabela 4- O ensino a distância oferece autonomia para os alunos.

Escala	%
Concorda fortemente	44%
Concorda	13%
Sem opinião	3%
Discorda	20%
Discorda fortemente	20%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

BLOCO 2 – Infra Estrutura/ Tecnologias da informação e comunicação

O Bloco 2, contempla questões que envolvem a infraestrutura/tecnologia da informação e comunicação do Pólo. Mal avaliado pelos alunos nas três afirmações contempladas a infraestrutura do Pólo não satisfaz as necessidades acadêmicas dos usuários bem como o uso das tecnologias oferecidas.

O uso das tecnologias da informação como ferramentas de ensino é fundamental para o bom desenvolvimento e manutenção do ensino EAD, pois o uso das mesmas contribui para a melhor formação dos alunos, auxilia no processo de autonomia e motivação.

A partir do momento em que consideramos a EAD como uma ferramenta de inclusão social que contribui para a democratização da educação, deve-se considerar o melhor uso e gestão dessas ferramentas, para que a EAD possa contribuir de forma significativa para a

emancipação do indivíduo.

Tabela 5- A minha Unidade Acadêmica (Polo) dispõe de recursos audiovisuais, de informática e teleconferências que funcionam de modo satisfatório.

Escala	%
Concorda fortemente	-
Concorda	3%
Sem opinião	-
Discorda	30%
Discorda fortemente	67%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Tabela 6- Tenho problemas de ordem técnica (internet lenta ou equipamentos mal conservados) para assistir as aulas a distancia na universidade:

Escala	%
Concorda fortemente	33%
Concorda	27%
Sem opinião	-
Discorda	17%
Discorda fortemente	23%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Tabela 7- Estou Satisfeito com a infraestrutura da Universidade.

Escala	%
Concorda fortemente	-
Concorda	7%
Sem opinião	7%
Discorda	43%
Discorda fortemente	43%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

BLOCO 3 – Material Didático

O Bloco 3, propõe afirmativas a respeito do material didático ofertado, nível de satisfação com o mesmo, integração entre o material e os momentos virtuais e presenciais e facilidade de acesso ao material. Pode-se dizer que o êxito de um curso a distância também está ligado à disponibilização e utilização do material didático. O nível de insatisfação com o material é apontado por mais da metade dos alunos e 80% dos mesmos discordam/discordam fortemente que exista uma interação entre o material didático impresso e os momentos virtuais e presenciais de aula.

Tabela 8- Estou satisfeito com o material didático ofertado.

Escala	%
--------	---

Concorda fortemente	7%
Concorda	23%
Sem opinião	7%
Discorda	13%
Discorda fortemente	50%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Tabela 9- Há integração entre o material didático impresso e os momentos virtuais e presenciais de aula.

Escala	%
Concorda fortemente	-
Concorda	17%
Sem opinião	3%
Discorda	17%
Discorda fortemente	63%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Tabela 10- Tenho fácil acesso a todo o material didático do curso.

Escala	%
Concorda fortemente	7%
Concorda	27%
Sem opinião	13%
Discorda	20%
Discorda fortemente	33%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

BLOCO 4 – Ambiente virtual

O Bloco 4, aborda questões relacionadas ao ambiente virtual disponibilizado pela universidade. O AVA é um software educacional via internet, que oferece suporte para o desenvolvimento de atividades a distância. A maioria dos alunos não têm dificuldades em acessá-lo (por estar fora do ar ou com problemas técnicos), entretanto, são 40% aqueles que alegam concordar com a afirmativa de ter dificuldades de acesso do ambiente virtual. Para a maioria 71% o ambiente virtual é de fácil utilização e atende as suas necessidades enquanto estudantes.

Sobre a afirmativa: “As atividades desenvolvidas no ambiente virtual de aprendizagem das diversas disciplinas facilitam a experimentação dos momentos presenciais em sala de aula.” 57% discorda/discorda fortemente. Tal resultado pode considerado um grande empecilho no processo de aprendizado, já que o AVA tem como objetivo principal, contribuir para o melhor aproveitamento da educação e aprendizagem na EAD, pois oferece diversos recursos para a realização das aulas e interações entre professores e alunos.

Tabela 11- Tenho dificuldade em acessar o AVA (por estar fora do ar ou com problemas técnicos):

Escala	%
Concorda fortemente	20%
Concorda	20%
Sem opinião	-
Discorda	37%
Discorda fortemente	23%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Tabela 12- Tenho dificuldades em utilizar o AVA (a plataforma virtual é um ambiente muito complexo ou não atende as minhas necessidades):

Escala	%
Concorda fortemente	13%
Concorda	13%
Sem opinião	3%
Discorda	37%
Discorda fortemente	34%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Tabela 13- As atividades desenvolvidas no ambiente virtual de aprendizagem das diversas disciplinas facilitam a experimentação dos momentos presenciais em sala de aula.

Escala	%
Concorda fortemente	-
Concorda	33%
Sem opinião	10%
Discorda	23%
Discorda fortemente	34%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

BLOCO 5 – Tutoria, Professores e Coordenação.

O Bloco 5 propõe afirmativas sobre tutoria, professores e coordenação. A coordenação de um curso à distância não deve ter apenas um papel puramente administrativo, mas sim um espaço de aprendizado colaborativo onde predomine a articulação entre tutores, professores e estudantes. A coordenação deve acompanhar o desenvolver das aulas, a atuação dos professores e tutores; a concordância dos alunos para com o material didático, conteúdo e nível de interação; o funcionamento do ambiente virtual etc. Grande parte dos alunos (81%) não acredita que a coordenação está pronta para solucionar os problemas referentes ao curso e 96% não se sente amparada pela mesma. 70% discorda/discorda fortemente que exista uma

boa articulação entre coordenação, tutores e professores.

O tutor deve agir como aquele que guia, orienta, apoia, motiva e promove ações para que o estudante desenvolva a sua autonomia proporcionando e promovendo a aprendizagem à distância. Entretanto, 60% discorda/discorda fortemente que o tutor ofereça suporte necessário para o aprendizado.

A falta de contato com os professores foi apontada por 77% dos alunos. É importante enfatizar que A EAD não consiste em um processo solitário de formação tendo em vista que, a construção do saber se acontece em uma relação de troca. Desta forma a articulação entre tutores, professores, alunos e coordenação é primordial para o sucesso do curso.

Tabela 14- A coordenação do curso sempre está pronta pra solucionar os meus problemas referentes ao curso:

Escala	%
Concorda fortemente	13%
Concorda	-
Sem opinião	6%
Discorda	44%
Discorda fortemente	37%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Tabela 15- O tutor dá suporte necessário para o aprendizado à distância.

Escala	%
Concorda fortemente	13%
Concorda	27%
Sem opinião	-
Discorda	27%
Discorda fortemente	33%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Tabela 16- Sinto-me amparado pela coordenação do curso.

Escala	%
Concorda fortemente	4%
Concorda	-
Sem opinião	-
Discorda	23%
Discorda fortemente	73%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Tabela 17- Consigo manter contato com os professores do curso mesmo estando à distância.

Escala	%
--------	---

Concorda fortemente	-
Concorda	20%
Sem opinião	3%
Discorda	45%
Discorda fortemente	32%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Tabela 18- Os professores e/ou tutores acadêmicos têm demonstrado domínio das disciplinas/eixos ministrados.

Escala	%
Concorda fortemente	7%
Concorda	13%
Sem opinião	23%
Discorda	23%
Discorda fortemente	34%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Tabela 19- A equipe pedagógica (professores, coordenador acadêmico e tutores) se mostra articulada.

Escala	%
Concorda fortemente	-
Concorda	7%
Sem opinião	23%
Discorda	20%
Discorda fortemente	50%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

BLOCO 6 – Métodos de Avaliação/Ensino

O bloco 6 propõe afirmativas sobre os métodos de avaliação/ensino. 94% dos respondentes não estão satisfeitos com os métodos de avaliação empregados pelo curso e 73% alegam ter dificuldades em fazer mais de duas provas por dia.

Tabela 20- A grade curricular do curso atende as minhas expectativas pra uma boa formação:

Escala	%
Concorda fortemente	-
Concorda	40%
Sem opinião	20%
Discorda	13%
Discorda fortemente	27%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Tabela 21-Acredito que o modelo de avaliação empregado no curso é satisfatório:

Escala	%
---------------	----------

Concorda fortemente	3%
Concorda	-
Sem opinião	3%
Discorda	27%
Discorda fortemente	67%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Tabela 22- Tenho dificuldades em fazer mais de 2 provas por dia:

Escala	%
Concorda fortemente	33%
Concorda	40%
Sem opinião	-
Discorda	-
Discorda fortemente	27%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Tabela 23- A respeito do nível de exigência, o curso deveria exigir um pouco mais do aluno.

Escala	%
Concorda fortemente	30%
Concorda	27%
Sem opinião	20%
Discorda	3%
Discorda fortemente	20%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

BLOCO 7 – Principais Dificuldades

O sétimo e último Bloco do questionário retrata os problemas enfrentados pelos discentes durante o curso. Sobre a afirmativa "Já pensei em desistir do curso", 84% concorda/concorda fortemente. Tendo em vista a concordância com a afirmativa foram questionados os motivos para uma possível desistência do curso e destacaram-se entre as respostas, a desorganização do curso falta de qualidade nas transmissões das vídeo aulas, falta de material didático etc.

Tabela 24- Já pensei em desistir do curso.

Escala	%
Concorda fortemente	67%
Concorda	17%
Sem opinião	-
Discorda	3%
Discorda fortemente	13%

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

As falas abaixo ilustram os motivos de uma possível desistência:

“Devido a desorganização do curso pensei em desistir, mas graças ao tutor e aos colegas que passavam pelas mesmas dificuldades resolvi permanecer.”

Discente X

Devido aos diversos problemas existentes no decorrer do curso relacionado: à transmissão das videoconferências; metodologia utilizada pelos professores para ministrar as aulas; dificuldades iniciais de comunicação com tutor; métodos de avaliação inadequados.

Discente Y

“Já pensei em desistir do curso, pois em muitas vezes me sentir desmotivada devido a falta de comprometimento da universidade para com o aluno no que diz respeito ao uso do material didático, transmissão das aulas a distancia etc.”

Discente Z

“Já pensei em desistir do curso pelo fato do mesmo não corresponder as minhas expectativas, imaginava um curso melhor elaborado que qualificasse e especializasse de fato.”

Discente W

É importante salientar que dos motivos citados que levariam a uma possível desistência dos discentes não houve nenhuma resposta que abordasse questões pessoais como efeito causador. Todas as causas para o abandono do curso estão relacionadas com questões que vão além do círculo de controle dos discentes, e que tem haver diretamente com o funcionamento da UNILAB.

Quando questionados sobre os principais problemas encontrados durante o processo de formação no curso de Gestão Pública Municipal as respostas mais comuns abordavam a inadequação dos métodos de avaliação, falta de feedback dos professores, demora na resolução de problemas, falta de material didático e etc.

As falas abaixo ilustram o pensamento dos discentes a respeito dos problemas por eles encontrados:

“Discordo das aulas presenciais apenas para aplicação de provas, discordo da “prova diagnóstica”, que de diagnóstica nada tinha, pois, sua nota era avaliada, entrando no cômputo da média para aprovação na disciplina.”

Discente A

“Dificuldades de contato com o polo de redenção, Desorganização do polo, Falta de “alinhamento” entre os polos de Redenção e São Francisco, Problemas com transporte,

Excesso de provas extremamente cansativas e de pouco aproveitamento de conteúdo.”

Discente B

“Os maiores problemas encontrados por mim durante o curso foi a falta de comprometimento da universidade para com o aluno. A minha turma passou todo o curso, ou seja, 18 meses sem acesso ao material didático físico. A partir do segundo semestre não acompanhávamos mais as aulas EAD ao vivo, pois a internet e os equipamentos eletrônicos necessários para assistir a aula não funcionavam bem, nos deparamos com problemas de estrutura física na universidade como salas sem ar condicionado ou com o mesmo quebrado, banheiros fechados, computadores sem funcionar. A coordenação do polo sabe e sempre soube de todas as nossas reclamações, mas nunca fazia nada e quando fazia era o mínimo possível. De acordo com os mesmos, eles não tinham autonomia para tomar decisões básicas no polo.”

Discente C

Foi pedido que os alunos sugerissem soluções para os problemas por eles citados, as soluções propostas ocuparam um espaço muito genérico como, melhorar a estrutura física e virtual, capacitar melhor a equipe de professores, tutores e coordenação, melhorar a qualidade de vídeos transmissões, proporcionar material didático impresso e outros aspectos que podem ser observados nas falas abaixo:

“A equipe dos técnicos de São Francisco precisa ser melhor preparada, o Pólo precisa funcionar de acordo com o funcionamento da “matriz” (Redenção), uma vez que o que for estabelecido por lá deve ser acatado, para que não haja inconsistência de informações. A correção de provas e atividades deve ser feita de forma clara, pois apenas recebemos uma nota sem saber se erramos, o que erramos e como seria o certo. Melhorar o nível das avaliações. Melhorar a grade curricular. Propor atividades que realmente tragam algum tipo de qualificação para o aluno para que o mesmo se sinta seguro em atuar na área a que se propõe (gestão pública municipal).”

Discente F

“Com certeza é necessário dar mais autonomia a direção do polo, para que essa possa atender as demandas dos alunos sem a necessidade de entrar em contato com outros polos. As aulas EAD poderiam ser disponibilizadas na plataforma AVA ao invés de serem passadas em uma transmissão ao vivo na universidade. Os alunos deveriam fazer apenas 2 provas por dia. Deveriam cobrar uma maior participação dos professores e alunos na plataforma.”

Discente G

“O primeiro passo sem duvida é motivar seus funcionários parecia que estavam sendo obrigado por nós a estar ali! Melhorar a estrutura física e virtual pare que posamos usufruir de tudo o que precisamos.”

Discente H

“Melhor preparação da equipe da universidade e do curso para desenvolver um bom trabalho, principalmente, maior atenção para com o curso EaD, por uma modalidade que necessita de maior atenção, pois toda e qualquer necessidade dos alunos é via internet, e sem preparação da equipe deve ser primordial. Também melhor a qualidade dos materiais utilizados para no curso, a exemplo das vídeos conferências que muitas vezes não funcional, assim acabaram nos prejudicando nas aulas. Além da falta de livros da segunda parte do curso.”

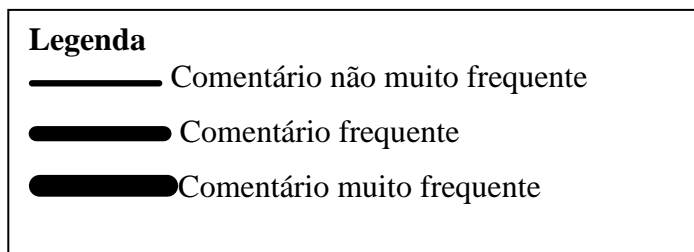
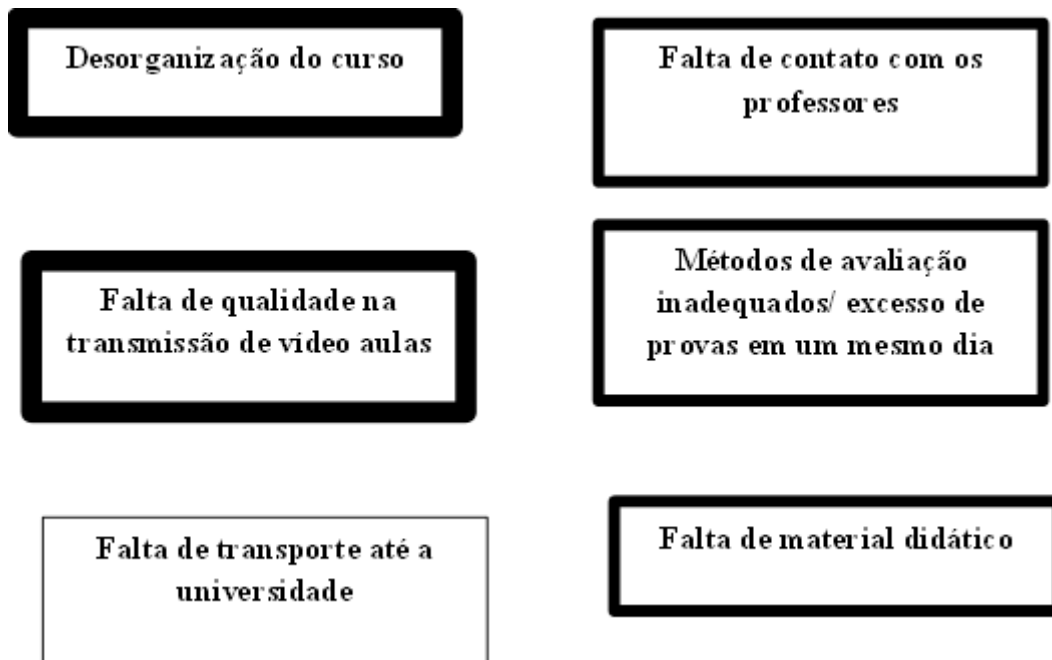
Discente I

Tendo em vista esses aspectos pode se afirmar que na visão dos discentes existem problemas que atrapalham o desenvolvimento do curso EAD de pós-graduação em Gestão Pública Municipal da UNILAB Pólo São Francisco do conde. Problemas esses que são de ordem pedagógica, técnica e de infraestrutura e que interferem diretamente no processo de aprendizado dos discentes e que estão diretamente relacionados com possíveis tentativas de desistência dos mesmos.

Desta maneira se faz necessário uma análise mais detalhada das questões pedagógicas e técnicas do curso assim como resoluções de problemas de infraestrutura pra melhor aproveitamento do ensino/aprendizado do curso oferecido pela UNILAB.

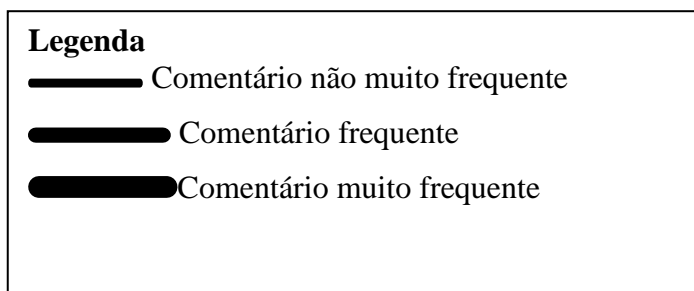
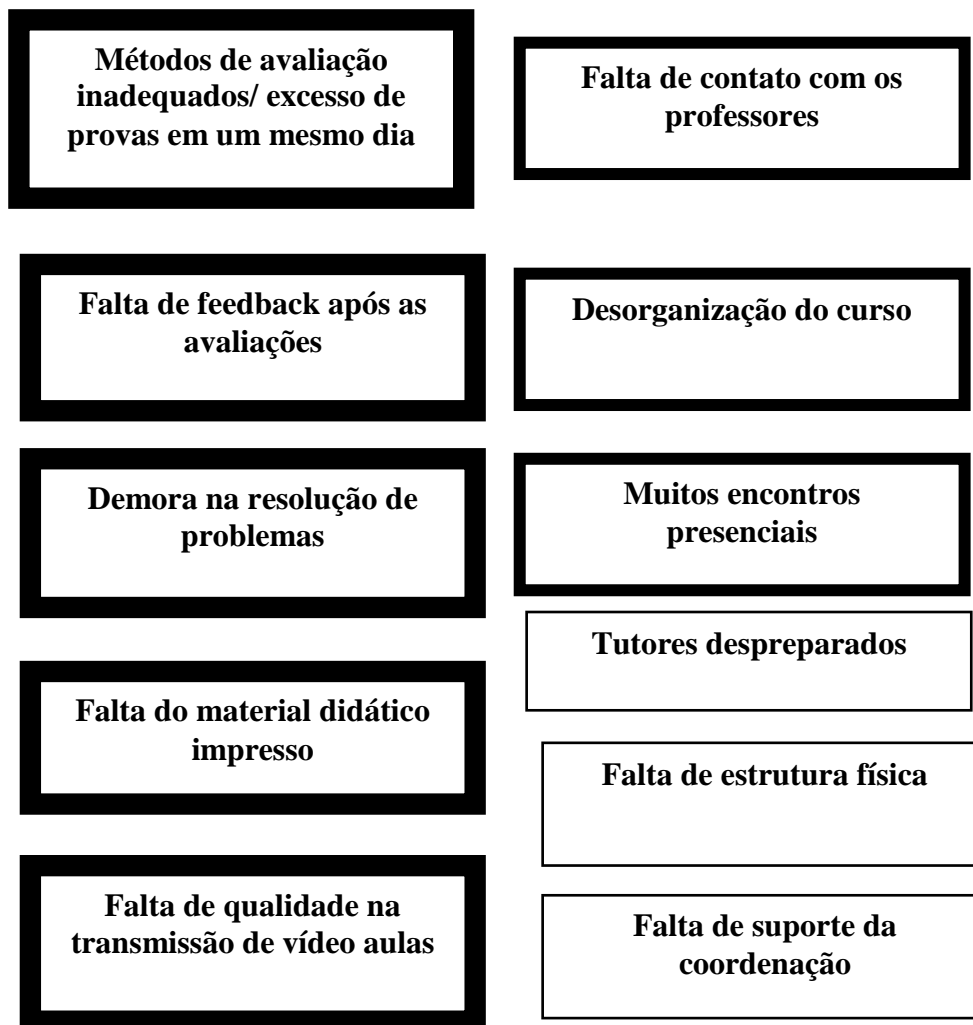
Os alunos que marcaram na escala 5 (concorda fortemente) ou 4 (concorda) foram questionados a justificarem a sua resposta sobre as maiores dificuldades. Os comentários considerados não muito frequentes foram aqueles citados até 2 vezes, os frequentes foram citados entre 3 e 4 vezes e os muito frequentes a partir de 5 vezes.

Imagem 2- Frequência de comentários sobre as maiores dificuldades



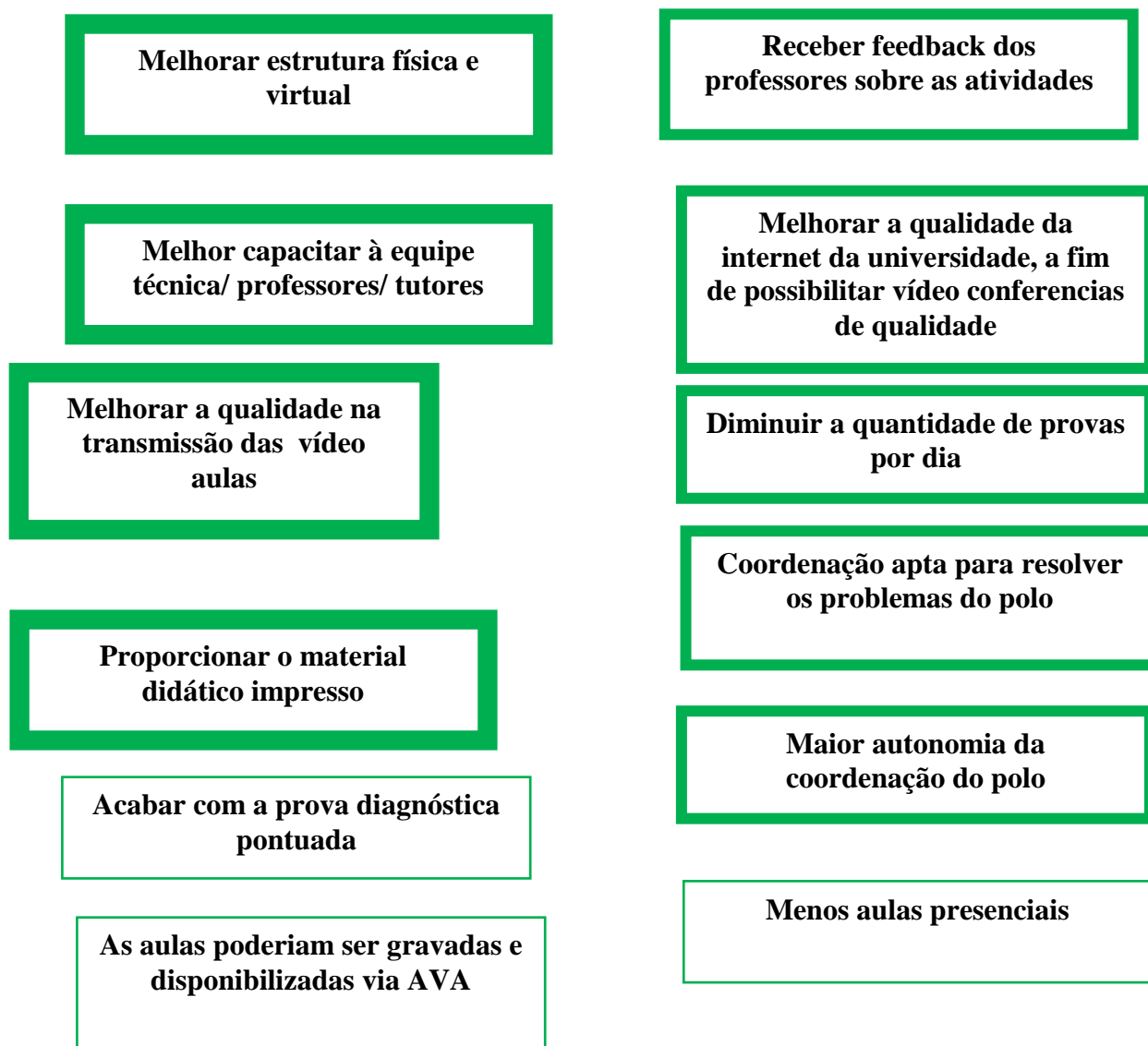
Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Imagem 3- Os principais problemas encontrados pelos estudantes durante o processo de formação dos mesmos no curso de Gestão Pública Municipal.



Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Imagem 4- Ao apresentarem os problemas foi indagado aos alunos sugestões de melhorias para o curso:



Legenda

- Comentário não muito frequente
- ▬ Comentário frequente
- ▬ Comentário muito frequente

■ Solução

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desse trabalho foi identificar os principais entraves encontrados pelos discentes no processo de implementação do curso de Pós-Graduação à distância em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira no Pólo de São Francisco do Conde. Para identificar esses entraves utilizamos um questionário dividido em sete blocos. O primeiro bloco lida com o ensino EAD buscando identificar que aspectos do caráter EAD do curso que contribuíram ou não para a escolha do mesmo. No bloco 2 volta-se para Infraestrutura/tecnologias da informação e comunicação, expõe aspectos relacionados a disposição e eficiência dos recursos audiovisuais, de informática e teleconferência disponibilizados pelo curso. O bloco 3 aborda o material didático a fim de analisar o nível de satisfação dos alunos para com o material didático ofertado pelo curso. No bloco 4 do acesso ao AVA e as dificuldades de acessá-lo por questões de ordem técnica do sistema e também por limitações e dificuldades dos alunos. O bloco 5 dispõe de afirmativas a respeito do amparo dado pela coordenação do curso aos alunos e se a mesma está pronta para solucionar os problemas referentes ao curso. O bloco 6 trata de aspectos referentes às expectativas dos alunos sobre a grade curricular do curso. Por fim, o bloco 7 traz proposições relacionadas a uma possível desistência do curso.

Assim, a partir da análise dos questionários ficou claro que o critério para a escolha do curso foi o caráter EAD. Para Capeletti (2014) a escolha pelo EAD se tornou frequente, pois traz a facilidade de acesso no local de trabalho, na residência ou em outras dependências a qualquer hora, possibilitando associar o estudo a outras atividades corriqueiras.

Percebemos que os alunos buscam autonomia para estudar e pesquisar as atividades propostas pelo curso, no entanto os discentes afirmam que não existe um corpo de profissionais atuando coerentemente para que o bom andamento do curso seja alcançado. Por esse motivo fica um entrave a ser superado tanto pelos docentes quanto pelos alunos, tutores, a coordenação, bem como a instituição que precisam estar empenhados para conquistar uma educação de qualidade.

Quanto à infraestrutura/tecnologia da informação e comunicação do Pólo, há um entrave na implementação sob a percepção de boa parte dos entrevistados no momento em que se necessita de melhoria/modernização para fazer frente as novas tecnologias. Alguns discentes avaliaram negativamente a infraestrutura do Pólo de São Francisco do Conde. Por

esse motivo fica o desafio da Universidade em atentar-se ao desenvolvimento e manutenção dessas tecnologias e auxílio aos discentes na utilização a fim de motivá-los.

Os alunos afirmaram que não tem dificuldades para acessar o Ambiente Virtual aprovando o AVA do curso afirmando facilidade na utilização. No entanto, um entrave foi explicitado pelos alunos no quesito das atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual. Estas não coincidem com os momentos de encontro presencial e não demonstram as especificidades do curso.

A falta de articulação entre o Pólo, a matriz, o aluno e o tutor foi um dos entraves mais apontados pelos discentes. Eles alegam que essas articulações são fundamentais para o sucesso do curso. Foi observado, um conjunto relevante de questões que influenciam para uma eventual desistência dos alunos como: a desorganização do curso, a má qualidade na transmissão das vídeos aulas, a falta de material didático e a metodologia de avaliação considerada exaustiva, gerando insatisfação e desânimo provocando evasão dos alunos. Esta análise se aproxima do entendimento de Alves (2014) que destaca que na busca de se evitarem barreiras durante a realização do processo educacional, é necessária uma análise constante das metodologias de ensino, dos materiais pedagógicos e das tecnologias utilizadas, além da organização do ambiente virtual para transmissão das informações e a devida qualificação dos professores e tutores atuantes nos ambientes virtuais de aprendizagem.

Diversas pesquisas são ainda necessárias para explorar os questionamentos levantados. Alguns futuros estudos podem contribuir na consolidação desta modalidade de ensino e aprendizagem nas formações superiores de pós-graduação, que são, sem dúvidas, alternativas de acesso ao sistema educacional para um grande número de pessoas.

Sugerem-se futuras pesquisas demonstrando outros aspectos e dificuldades a serem sanadas, tendo em vista o envolvimento de professores e coordenação, e o esforço que a própria UNILAB deve fazer em direção ao futuro e ao sucesso dos cursos de pós-graduação à distância.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Onília Cristina de Souza. **Evasão em cursos a distância: análise dos motivos de desistência.** Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008112738PM.pdf>>. Acesso em: 11.10. 2015.
- ALVES, Thyanne Michelle Ferreira. **Crescimento da Educação a Distância e seus Desafios: Uma Revisão Bibliográfica.** Revasf, Petrolina, PE, Vol.04, n.6, p.63-74, 2014. Disponível em <http://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/viewArticle/565>. Acesso em 12 de Novembro de 2014, .
- ABED. (2014) Censo EAD.BR: **Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil.** Curitiba: Ibpex, 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. **Lei nº 9.131, de 24 de Novembro de 1995.** Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 06 Setembro 2015.
- _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portal da Legislação. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 08/09/2015.
- _____. **Lei no 9.192, de 21 de dezembro de 1995.** Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários. Brasília, 21 de dezembro de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9192.htm. Acesso em: 05/09/2015.
- _____. **Lei no 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências, 28 de novembro de 1968. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao>. Acesso em: 05 set. 2015.
- _____. **Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Portal da Legislação. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em: 05 set.

2015.

_____. **Lei nº 12.289 de 20 de julho de 2010.** Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências.

Portal da Legislação. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm. Acesso em: 05 set. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005 d.** Regulamenta o Artigo 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf. Acesso: 5 out. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Decreto n. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 d.** Regulamenta o Artigo 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf. Acesso: 5 out. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006 d.** Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm. Acesso em: 5 out. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Decreto n. 6.303, de 12 de dezembro de 2007 d.** Altera dispositivos dos Decretos n.ºs 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/decreto/D6303.htm. Acesso em: 5 out. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001.** Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Disponível em: portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/CES0101.pdf. Acesso: 5 out. 2014.

CAPELETTI, Aldenice Magalhães. **Ensino a distancia: Desafios Encontrados por Alunos do Ensino Superior.** Revista Eletrônica Saberes da Educação. Volume 05,n 01,2014. Disponível em: <HTTP://www.univone.br/marketing/fac/publicacoespdf/educacao/v5n12014/Aldenice.pdf>. Acesso em 12 de Novembro de 2015.

COELHO, M. L. **A Evasão nos Cursos de Formação Continuada de Professores Universitários na Modalidade de Educação a Distância Via Internet.** Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. Disponível em: <http://www2.abed.org.br/visualizaDocumento.asp?Documento_ID=10> . Acesso em: 11 out. 2015.

DALMAU, Marcos Baptista Lopez. **Introdução a Educação a Distância.** Florianópolis: UFSC, 2009.

DE PAULA, Keilla C.; FERNEDA, Edilson; FILHO, Maurício P. **Elementos para implantação de cursos à distância.** Colabor@ - Revista Digital da CVA-Ricesu, Vol. 2, nº 7, 2004. Disponível em: http://www.ricesu.com.br/colabora/n7/artigos/n_7/pdf/id_02.pdf. Acesso em: 11 out. 2015.

FARIA, A. A.; SALVADORI, A. **A Educação a Distância e Seu Movimento Histórico no Brasil.** Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 8, n. 1, janeiro/junho 2010. 8p.

FRANCO, Alexandre de Paula. **Ensino Superior no Brasil: cenário, avanços e contradições.** *Jornal de políticas educacionais*, n.04, p. 53-63, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE. **IBGE Cidades: São Francisco do Conde.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=292920&search=%7Csao-francisco-do-conde> Acesso em: 05/09/2015

IBGE. **Censo Demográfico 2008.** Disponível em: <<http://www.censo2008.ibge.gov.br>. 2008

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>. 2010

IBGE. **Censo Demográfico 2013.** Disponível em: <<http://www.censo2013.ibge.gov.br>. 2013

INEP. **Censo da Educação Superior.** Brasília: INEP, 2009. Disponível em:<<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/default.asp>>. Acesso em 05/09/2015.

KENSKI, Vani M. et al. Ensinar e aprender em ambientes virtuais. *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 80, 2009.

LIMA, Maria Aparecida de Araujo; SÀ, Eliana M. Oliveira; PINTO, Anamelea de Campos. **Perfil e Dificuldades do Aluno da EAD: O Caso do Curso de Bacharelado de Administração Pública.** XI Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância. Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://esud2014.nute.ufsc.br/anais-esud2014/files/pdf/128198.pdf>. Acesso em Outubro 2015.

MARTINS, Carlos Benedito. **O ensino superior brasileiro nos anos 90.** In: Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v.14, n. 01,2000.

MARTINS, Carolina Zavadzki; SCHEIDE, Tereza de Jesus Ferreira. **As causas da evasão discente na educação a distância (EAD).** Disponível em: Acesso em: 15.10. 2015.

MASETTO, Marcos T. **Mediação pedagógica e o uso de tecnologia.** In: MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas Tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2006.

MORAN, José Manoel. **A Educação superior a distância no Brasil.** CAPES- UNESCO, Brasília, p.251-274,2002.

_____. **MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Reforma da educação superior: reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior.** Documento II. Brasília, DF: MEC, 2004c.

MOORE, M. **Teoria da distância transacional.** Revista de Educação a distância, Ano 1, n. 1, 2002. (Traduzido por Wilson Azevedo) Disponível em: <http://www.abed.org.br/> Acessado em: 15/06/15.

NEVES, Carmen Moreira de Castro. **Referencias de Qualidade para Cursos a Distância.** Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ReferenciaisQualidadeEAD.pdf> Acessado em: 20/07/15

POSSOLLI, Gabriela Eyng. **POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA E OS PRESSUPOSTOS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES – Tese de Doutorado.** UFP. Curitiba, 2012.

RUMBLE, Greville. **A gestão dos sistemas de ensino a distância.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2003.

SPELLER, Paulo; ROBL, Fabiane; MENEGHEL, Stela Maria. **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década.** Brasília: UNESCO, CNE, MEC, 2012.

UNIFESP Virtual. **Educação a Distância: fundamentos e guia metodológico**. Disponível em <<http://www.virtual.epm.br/home/resenha.htm>>. Acesso em: 21 de novembro de 2014.

VIDAL, E. M; MAIA, J. E. B; Educação a distância: rompendo fronteiras. Introdução à Educação a Distância. RDS Editora, 2010. p. 09-24.

APÊNDICES

Questionário

Este questionário é um instrumento de coleta de dados para a realização de uma pesquisa qualitativo-quantitativa e, tem como objetivo conhecer a opinião dos estudantes do curso de pós-graduação a distância em gestão pública municipal a respeito dos possíveis entraves encontrados pelos mesmos durante o período de implantação do curso. Sua participação é muito importante e poderá contribuir para os resultados de nossa pesquisa.

-
- Primeira parte

1. Gênero

() Masculino () Feminino () Outros

2. Idade

() 18 a 25 () 26 a 35 () 36 a 45 () 46 a cima

3. Profissão:

4. Cidade onde reside:

5. Formação:

6. Já fez algum outro curso EAD antes? Qual (is)?

- Segunda Parte

Atenção!

Em uma escala de 0 a 5 considerando a legenda abaixo responda:

Concorda fortemente	5
Concorda	4

Sem opinião	3
Discorda	2
Discorda fortemente	1

BLOCO 1 – Ensino EAD

1. A facilidade de acesso ao ensino EAD me motivou a escolher o curso com essa modalidade de ensino.
1 2 3 4 5
2. A flexibilidade dos horários de aula me motivaram a escolher o curso.
1 2 3 4 5
3. Tenho dificuldades em me concentrar em uma aula EAD:
1 2 3 4 5
4. O ensino a distância oferece autonomia para os alunos.
1 2 3 4 5

BLOCO 2 – Infra Estrutura/ Tecnologias da informação e comunicação

5. A minha Unidade Acadêmica (Pólo) dispõe de recursos audiovisuais, de informática e teleconferências que funcionam de modo satisfatório.
1 2 3 4 5
6. Tenho problemas de ordem técnica (internet lenta ou equipamentos mal conservados) para assistir as aulas a distancia na universidade:
1 2 3 4 5
7. Estou Satisfeito com a infraestrutura da Universidade.
1 2 3 4 5

BLOCO 3 – Material Didático

8. Estou satisfeito com o material didático ofertado.
1 2 3 4 5
9. Há integração entre o material didático impresso e os momentos virtuais e presenciais de aula.
1 2 3 4 5
10. Tenho fácil acesso a todo o material didático do curso.
1 2 3 4 5

BLOCO 4 –Ambiente virtual

11. Tenho dificuldade em acessar o AVA (por estar fora do ar ou com problemas técnicos):
1 2 3 4 5
12. Tenho dificuldades em utilizar o AVA (a plataforma virtual é um ambiente muito complexo ou não atende as minhas necessidades):
1 2 3 4 5
13. As atividades desenvolvidas no ambiente virtual de aprendizagem das diversas disciplinas facilitam a experimentação dos momentos presenciais em sala de aula.
1 2 3 4 5

BLOCO 5 – Tutoria, Professores e Coordenação

14. A coordenação do curso sempre está pronta pra solucionar os meus problemas referentes ao curso:
1 2 3 4 5
15. O monitor dá suporte necessário para o aprendizado à distância
1 2 3 4 5
16. Sinto-me amparado pela coordenação do curso:
1 2 3 4 5

17. Consigo manter contato com os professores do curso mesmo estando à distância:

1 2 3 4 5

18. Os professores e/ou tutores acadêmicos têm demonstrado domínio das disciplinas/eixos ministrados.

1 2 3 4 5

19. A equipe pedagógica (professores, coordenador acadêmico e tutores) se mostra articulada.

1 2 3 4 5

BLOCO 6 – Métodos de Avaliação/Ensino

20. A grade curricular do curso atende as minhas expectativas pra uma boa formação:

1 2 3 4 5

21. Acredito que o modelo de avaliação empregado no curso é satisfatório:

1 2 3 4 5

22. Tenho dificuldades em fazer mais de 2 provas por dia:

1 2 3 4 5

23. A respeito do nível de exigência, o curso deveria exigir um pouco mais do aluno.

1 2 3 4 5

BLOCO 7 – Principais Dificuldades

24. Já pensei em desistir do curso

1 2 3 4 5

25. Caso tenha marcado 5 ou 4 na escala justifique a sua resposta.

26. Quais foram os principais problemas encontrados por você durante seu processo de formação no curso de Gestão Pública Municipal?

27. Quais as suas sugestões de melhoria para a resolução dos problemas existentes no curso?
